



Advento das tecnologias muda comportamento sindical



Em um mundo cada vez mais conectado à internet, consultas, fóruns e votações eletrônicas complementam debates e decisões de movimentos representativos de diversas profissões no Brasil e no exterior



**Sindicato dos Professores das
Instituições Federais de Ensino Superior POA**
UFRGS | UFCSPA | IFRS-Campus Porto Alegre e IFRS-Campus Restinga

Presidente - Maria Luiza Ambros von Holleben
1º Vice-Presidente - Claudio Scherer
2º Vice-Presidente - Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira
1ª Secretária - Maria da Graça Saraiva Marques
2ª Secretária - Marilda da Cruz Fernandes
3º Secretário - Ricardo Francalacci Savaris
1º Tesoureiro - Daltro José Nunes
2º Tesoureiro - Vanderlei Carraro
3ª Tesoureira - Gloria Isabel Sattamini Ferreira

Rua Otávio Corrêa, 45 - Porto Alegre/RS
CEP 90050-120 - Fone/Fax: (51) 3228.1188
secretaria@adufrgs.org.br
www.adufrgs.org.br

ADVERSO

Publicação bimestral
Tiragem: 5.000 exemplares
Impressão: Ideograf

Conselho Consultivo
Alfredo Storck - Departamento de Filosofia/Ufrgs
Gloria Ferreira - Fabico/Ufrgs
Lúcio Vieira - IFRS - Campus POA
Paulo Machado Mors - Instituto de Física/Ufrgs
Regina Helena van der Laan - Fabico/Ufrgs
Ricardo Schneiders da Silva - Fabico/Ufrgs

Edição: Adriana Lampert
Reportagens: **Ana Esteves, Araldo Neto, Marco Aurélio Weissheimer, Michelle Rolante e Patrícia Comunello**
Projeto Gráfico: **Eduardo Furasté**
Diagramação: **Eduardo Furasté e André Lacasi**
Ilustração da Capa: **Mário Guerreiro**

Produção e Edição

 **VERDEPERO**
(51) 3228 8369

SUMÁRIO

04

REPORTAGEM

Mundo virtual desafia mecanismos tradicionais de decisão
por **Patrícia Comunello**

EDUCAÇÃO

UFCSPA aposta em mobilidade acadêmica
por **Araldo Neto**

08

09

ARTIGO

Greve de 2012: a mais longa e mais irresponsável da história
por **Félix González**, professor da Ufrgs

DEBATE

Direção do Instituto de Artes se manifesta
sobre problemas de infraestrutura

10

12

POLÍTICA

Mercosul já representa 75% da economia
da América do Sul
por **Michelle Rolante**

PING-PONG

Celi Regina Jardim Pinto
"Brasil vive um momento de esquizofrenia
política"
por **Marco Aurélio Weissheimer**

14

18

TECNOLOGIA

Software livre nas universidades favorece
trabalhos acadêmicos de alunos
por **Michelle Rolante**

20

23

ORELHA

24

EM FOCO

Projeto Preservas da Ufrgs beneficia
saúde de animais silvestres
por **Ana Esteves**

26

JURÍDICO

Abono de permanência:
possibilidades de concessão e revisão
por **Grace Esteves Bortoluzzi**

28

PROGRESSÃO

Docentes do ensino técnico aguardam
reconhecimento prometido pelo Governo
por **Patrícia Comunello**

EDITORIAL

Ao professor, o nosso respeito

Este ano os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) podem, no Dia do Professor, comemorar uma reestruturação em sua carreira – se não como desejavam, pelo menos mais adequada à realidade que vive o País – a garantia de poder aquisitivo pelos próximos três anos e um diálogo aberto com o governo através de um Grupo de Trabalho (GT). O Termo de Acordo assinado pelo Proifes com o Governo está em Projeto de Lei e o GT que vai dirimir pendências relacionadas foi nomeado e já iniciou seus trabalhos.

Por dois anos, a luta foi árdua, muitas reuniões tensas, outras adiadas, sem chegar a um acordo, até que ocorreu a suspensão unilateral das negociações pelo Governo. Nesta ocasião, o Proifes-Federação indicou a todos os seus sindicatos a deflagrarem uma greve para a retomada do processo e, da mesma forma responsável, apontou para o seu encerramento quando isto aconteceu e o acordo foi assinado.

Posteriormente, até o final de agosto, muitas entidades sindicais de servidores públicos – inclusive a Fasubra e o Sinasfe, que representam os técnico-administrativos – assinaram seus acordos em troca de um aumento de pouco mais de 15% para o mesmo período. O Proifes foi a única entidade representativa dos professores das Ifes na Mesa de Negociação que assinou um acordo que garantirá, para toda a categoria, aumentos entre 25% e 40% sobre os atuais vencimentos, a serem concedidos de forma escalonada em três anos, a partir de março de 2013. Vale registrar que esse foi o maior aumento concedido a uma categoria do serviço público federal.

Embora um acordo tenha sido assinado, e o Projeto de Lei com os ganhos do acordo já tivesse sido enviado ao Congresso Nacional, alguns professores mantiveram a greve, que haviam iniciado ainda durante a negociação. Isso porque, muito além dos interesses profissionais, este movimento paredista teve um forte componente político, decorrente das

mudanças ocorridas em várias entidades sindicais do professorado.

Após décadas de unidade, parte das lideranças nacionais resolveu partidarizar suas ações levando a rupturas na sua organização. Esta atitude, com claro interesse político-partidário, tem trazido grandes prejuízos profissionais aos docentes, uma vez que esses grupos radicais tentam diluir a identidade intelectual dos professores universitários em favor de uma "identidade com os trabalhadores do setor público" - como se os primeiros constituíssem, até aqui, uma "casta de privilegiados". Ao mesmo tempo em que defendem para todos os docentes a ascensão automática ao ápice da carreira apenas com base no tempo de serviço, renegam o princípio do mérito acadêmico e comprometem a qualidade e o ideal emancipador da universidade pública.

A resposta de muitos professores foi a sua desvinculação frente a esta organização que, ao se partidarizar, abandonou a luta da categoria. Passo importante foi a recuperação do caráter sindical das associações de docentes, como fizemos na Adufrgs. Em um segundo momento foi a criação de uma Federação que respeitasse a autonomia de cada afiliada e que encaminhasse a luta sindical sem vincular suas bandeiras às de partidos políticos. Provas do acerto de nossa opção são as conquistas que colhemos hoje, com o melhor acordo entre todas as categorias de servidores públicos.

Muito temos ainda pela frente para reforçar e expandir as nossas organizações sindicais, reafirmando o seu caráter independente. O modelo sindical que estamos adotando é produto da caminhada trilhada ao longo das duras décadas da ditadura e de um longo aprendizado na reconquista de um dos valores mais caros para todos nós, que é a democracia. Defendê-la também é tarefa dos professores na sua luta em defesa da universidade pública. Parabéns, professor, pelo nosso dia.

Diretoria da Adufrgs-Sindical

Mundo virtual desafia mecanismos tradicionais de decisão

por **Patrícia Comunello**



Pacheco, da Tempo Digital, foi acionado por Rosana Borges, presidente da Adufg, para montar plebiscito eletrônico em junho

O celular do publicitário e sócio-diretor da agência Tempo Digital, André Pacheco, tocou na noite de 6 de junho deste ano, e, do outro lado da linha, mais precisamente em Goiânia, foi disparada uma encomenda urgente. Era a presidente do Sindicato das Universidades Federais de Goiás (Adufg), Rosana Ribeiro Borges, sondando a possibilidade da empresa com sede em Porto Alegre montar um plebiscito eletrônico para a categoria decidir sobre a adesão à greve nacional. "Ela disse que precisava da ferramenta, pois não tinha como assegurar a integridade física das pessoas em uma assembleia presencial", recorda Pacheco. A agência conseguiu montar o instrumento e a votação online se realizou no dia 13 (sete dias depois). O resultado validou a paralisação com 854 participantes (486 votos pelo sim, 343 pelo não, 13 brancos e 12 nulos).

"Não conseguimos instalar a assembleia naquele dia (6 de junho) devido à troca de acusações e até agressões

físicas que antecederam o evento. Os docentes ficaram com medo de ir ao encontro e participar da discussão", explica Rosana, esclarecendo que o estatuto da entidade prevê plenária ou plebiscito para deliberação. O ambiente acirrado não foi privilégio da categoria em Goiás. Outros estados recorreram ao instrumento, para simples consulta ou posição final, como na Bahia. O sindicato goiano tomou precauções para dar segurança ao veredito, com auditoria do resultado feito pela OAB e pelo Ministério Público. "Temos boa participação nas assembleias, mas a tendência é que as consultas ganhem cada vez mais espaço", projeta a presidente da Adufg. O sócio-diretor da Tempo Digital, que fornece o serviço de tecnologia para as consultas do Proifes e de outros quatro sindicatos de docentes federais no Brasil, entre eles o Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Porto Alegre (Adufrgs-Sindical), garante que o sistema de votação é seguro e que há diversos

recursos para certificação. "Cada entidade tem um banco de dados de acesso, que precisa ser bem construído e atualizado. Usamos chave de ingresso para votar. Não há como entrar duas vezes", explica Azevedo. "Mas o importante é sensibilizar os eleitores a participarem", indica o publicitário.

Para Rosana, o advento das tecnologias vem alterando o comportamento da categoria. A alternativa eletrônica pode complementar outros momentos de debates e decisão. "O movimento sindical terá de se adequar. Temos hoje internet e outras formas de opinião que antes não existiam", complementa Rosana, apostando que consultas e fóruns, associados à realização de encontros presenciais por departamento, podem ampliar o quórum das assembleias. O sindicato goiano pretende ouvir a sua base para delimitar o uso e especificar a função de cada um. "Estamos discutindo formas de adotar mecanismos igualmente democráticos. O assembleísmo vive uma crise. Muitas plenárias viraram claque, e as pessoas ficam cansadas", arremata a dirigente de Goiás. Para Rosana, o tema está na ordem do dia dos movimentos, não só no Brasil como no exterior. "Quem não aderir talvez seja porque quer manter seu poder."

O uso do meio digital não é privilégio do segmento de docentes federais. A categoria de peritos médicos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) se vale da ferramenta desde 2006. A vice-presidente da Associação Gaúcha dos Médicos Peritos, Clarissa Bassin, informa que a votação tem sido adotada quando envolve o quadro em todo o País, uma característica que dificulta plenárias que abranjam este universo. A associação da categoria conduz o mecanismo pelo seu site. "Usamos para decidir sobre greve e para ingressar na Justiça em um momento em que não tínhamos tempo para fazer de outra forma", pondera a médica. "Este tipo de instrumento necessita de uma certificação muito bem feita para ter legitimidade", previne a vice-presidente da associação gaúcha. Mas ela aposta que esta via serve muito mais para mobilizar os colegas, com caráter consultivo, do que para tomada de posição final. "A aplicação de enquetes ou comunicação por meio de blogs e outros canais na rede servem para atrair mais interesse às assembleias e nivelar a informação. Elas não substituem o olho no olho do colega", opina Clarissa. Assim como em outras tantas categorias, também entre os peritos médicos o fenômeno do esvaziamento das plenárias está presente e, segundo a dirigente da Associação, a situação é gerada pelas jornadas extensas, múltiplos empregos (marca do exercício da Medicina), não liberação por chefias e desencanto pela carreira.

O mestre em comunicação digital e cibercultura Pau-

lo Pinheiro considera que a adesão e mesmo aceitação dos canais eletrônicos dependerão da cultura do público e da organização. "Tivemos um caso recente da Estônia, que fez toda a eleição para o Parlamento de forma eletrônica, usando internet e celular, atraindo 140 mil votantes", exemplifica Pinheiro, destacando que o ambiente é favorável a estas ações. "As pessoas estão mais qualificadas em informações e estão conectadas, é mais cômodo, não precisa se deslocar", descreve o mestre em comunicação digital e cibercultura, que é professor da ESPM-Sul, em Porto Alegre. Pinheiro cita que crescem a cada dia casos de mobilização pela web que geram mudanças e são pautadas por elementos colaborativos. "Os grupos se reúnem em busca de um objetivo comum, que vale por um período e faz pressão. São laços que se formam", interpreta o especialista. Ele previne que as novas gerações estão mais acostumadas com este ritmo e formas, e que as decisões em assembleias presenciais podem levar muito tempo. "As plenárias virtuais são ainda muito tímidas. Mas a questão é aceitar a tecnologia para este fim."

O sociólogo e estudioso da relação de movimentos sociais e sindicatos com a internet, Giovanni Alves, acredita que as organizações ainda usam os novos meios de forma acanhada. "Como toda ferramenta, pode ser usada para ➤



Giovanni Alves: "Inovar nesta área não significa sepultar plenárias presenciais"

manter a estrutura ou transformá-la radicalmente", provoca o sociólogo, que também é professor da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp). Alves declara-se intrigado com a limitação com que as organizações açãoam esses recursos. "Tudo passa por uma decisão política, não técnica: vai democratizar radicalmente o processo ou se apropriará dos canais apenas para consultar associados?" Mas o professor da Unesp ressalva que inovar nesta área não implica sepultar as plenárias presenciais.

Mobilização online

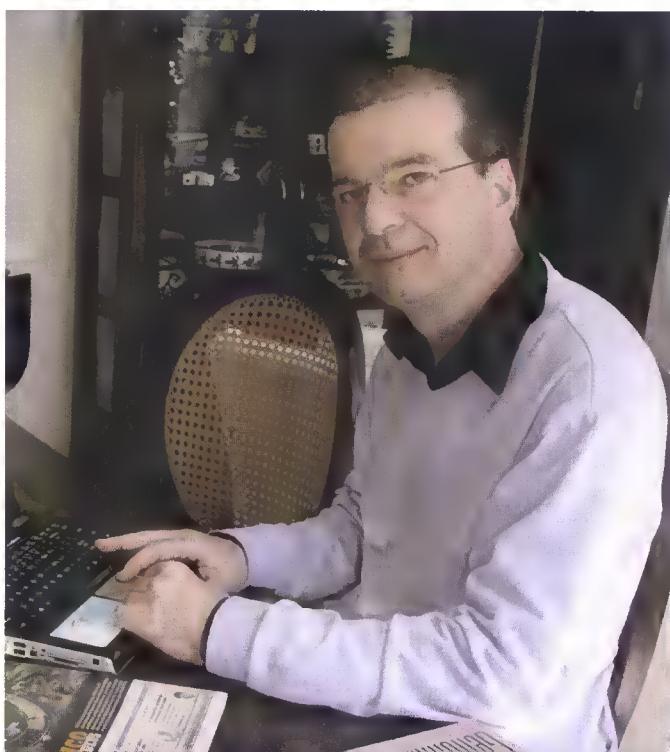
No Rio Grande do Sul, a Adufrgs-Sindical já utiliza consultas online para subsidiar a decisão tomada em assembleias. O estatuto inclui o sistema como uma alternativa para levantar a opinião da categoria, que tem respondido com grande adesão à modalidade eletrônica. "A consulta mostra o caminho. O voto eletrônico não substitui a assembleia", esclarece Maria Luiza Ambros von Holleben, presidente da entidade. Ela considera ainda que a convocação de plenárias se banalizou no meio sindical, o que pode explicar parte do esvaziamento deste tipo de espaço de discussão e tomada de posição oficial pela base. "Assembleia é o local mais nobre para os debates e as decisões. Não convocamos os encontros para qualquer pauta", ressalta a dirigente.

Durante os meses de junho e julho, a entidade gaúcha intensificou seu programa "Adufrgs Vai até Você", realizando reuniões em unidades dos vários campi das instituições que representa, para fortalecer o debate e amadurecer a posição. Só no mês de julho, foram 27 reuniões, com participação de até 70 pessoas. O site e outros canais de repasse de informações ajudam a esclarecer dúvidas. "Enfrentamos hoje dificuldade para que os docentes se desloquem de um campus para outro, pois, além do gasto de tempo, há compromissos de trabalho inadiáveis", amplia Maria Luiza. Na mobilização recente, uma das consultas serviu para validar a linha de condução da direção, que apostava em esgotar a negociação. A categoria validou o posicionamento. "No começo de julho, quando o Governo parou de negociar, vimos que havia chegado o momento da comunidade avaliar a situação e considerar a possibilidade de greve", recorda a presidente da Adufrgs-Sindical.

Para embasar estes passos, a consulta eletrônica serviu de subsídio e deu rumo ao movimento, tanto para avaliar o indicativo para ingressar na greve como para sondar o ânimo diante da paralisação, que havia sido deflagrada em diversos estados em julho. No começo daquele mês, os professores da Ufrgs, UFCSPA e do Instituto Técnico Federal de Porto Alegre (IFRS-POA) deram sinal verde à interrupção das atividades. Foram ouvidos 1.003 filiados. Em agosto, após a mesa de negociação alcançar uma proposta

que atenderia, pelo menos em parte, as reivindicações dos professores, a Adufrgs açãoou a consulta para medir a expectativa sobre a manutenção ou não do movimento. Quase 80% dos 1.367 participantes votaram na retomada imediata das aulas. A preocupação com a manifestação expressa pelos docentes na consulta levou alguns professores a recorrer à Justiça para tentar suspender a divulgação do resultado, com a alegação de que a decisão não era legítima, por não ser de assembleia e que a publicação do resultado poderia mudar o rumo da greve naiconal. "Mostramos ao juiz que a consulta era apenas uma sondagem das opiniões e que uma assembleia havia sido convocada e decidiria sobre a greve", detalha a presidente do sindicato de Porto Alegre. Com um atraso de duas horas, o resultado foi divulgado.

O médico e professor de Genética da Ufrgs há quase 20 anos, Claiton Dotto Bau participou da assembleia que encerrou a paralisação das Instituições de Ensino Superior de Porto Alegre e preocupa-se com o confronto que acaba por afugentar colegas que poderiam manifestar opiniões diferentes. "As posições são muito polarizadas. As mais moderadas acabam não sendo ouvidas. Se alguém questionar a razão da greve é vaiado, o que desarticula um movimento que depende de um esforço coletivo", exemplifica o médico. "Grenalizaram a assembleia", conclui, comparando os confrontos ao clima do maior clássico de futebol dos gaúchos. Na assembleia de decisão, em agosto, apenas um dos 20 professores do departamento de Bau foi



Bau defende combinação de meios eletrônicos e assembleias

ao encontro. "O ambiente foi hostil, apertado, não tinha espaço." Outra limitação é a existência de locais para comportar grandes públicos. O que acaba por reforçar o uso de meios virtuais. Bau não apostava na extinção de plenárias, mas lembra que não se pode ignorar o processo diário de informação e esclarecimento feito pela rede. O ambiente que marca uma universidade, de maior reflexão e amadurecimento de ideias e envolvimento com produção científica, demarca o processo de decisão, ressalta o docente de genética. Ele acrescenta que hoje já há uma enxurrada de reuniões por departamento, que acaba desestimulando outras agendas. Sem falar dos colegas mais jovens, da geração que entrou na instituição plugada na internet. "Eles parecem não ter paciência de frequentar assembleias que vão se prolongar por uma tarde inteira", pondera. Bau defende uma combinação de meios – eletrônicos, reuniões por setor e assembleias – para contemplar todos os públicos e perfis. "Acaba a ideia de que quem não pode dedicar uma tarde a um encontro não tem interesse em ser ouvido e participar."

Limites das ferramentas

O palco goiano realmente é a síntese do cenário instalado: mundo virtual ou real. Um professor da Universidade Federal de Goiás (UFG) foi à Justiça para assegurar o direito de votar pela internet e não ser obrigado, segundo o autor, a comparecer e decidir na assembleia. O sociólogo e professor da Unesp, Giovanni Alves, um crítico da política feita hoje pelos sindicatos, qualifica como aberração o comportamento do docente da UFG e enquadra a atitude no que para ele é "um problema muito sério da sociedade, que é a privatização das intervenções". Para Alves, não há como fazer movimento social no Facebook ou debate sobre aderir ou não a uma greve apenas diante da tela do computador. "A pessoa está sozinha, sem o calor da conversa. É um assembleísmo online, para lidar com dificuldades dos sindicatos em reunir sua base. Mas isso não significa que não é legítimo usar as ferramentas como forma de fazer consultas para apoiar decisões", defende Alves, ao reforçar que o espaço das assembleias é instância imbatível para controvérsias e decisões. "Por outro lado, é lamentável que entidades sindicais organizem plenárias em espaços tão degradados a ponto de gerar a reação do professor goiano." A reportagem da Adverso tentou ouvir o autor da medida judicial, mas a direção a Adufg informou que não estava autorizada a repassar os contatos.

Alves associa as debilidades atuais a dois sintomas: uma democracia que ainda engatinha no Brasil e o impacto do neoliberalismo, modelo político-econômico que, segundo o sociólogo, inseriu "a agenda do individualismo na vida

das pessoas". "Os cidadãos se sentem mais confortáveis em casa, na solidão. A internet propicia isso. Reduzir os debates a uma votação online de sim ou não tornaria a política asséptica e individualista." O estudo das redes motiva as entidades a buscarem os recursos da web para atrair e fazer as categorias expressarem suas vontades. "O cidadão se sentirá responsável para ir ao local. Desde a Grécia antiga, a dimensão da democracia vem da Ágora, a praça pública para expor ideias. Como imaginar uma Ágora virtual?"

O professor do Departamento de Ciência Política da Ufrgs Carlos Arturi ressalta que a escolha das formas de exercer a democracia esbarra em um problema anterior. "Como fazer o homem moderno participar quando ele não quer?", fundamenta Arturi, que é especialista em democracia e segurança. O professor lembra que houve disseminação de instrumentos de controle pelo cidadão das ações do Governo, como implementação da Lei de Acesso à Informação e regras para transparência. "São formas de democracia e permitem a participação." O uso de consultas eletrônicas tem limites, previne o especialista. "Não pode fazer tudo dessa forma", avverte o professor de Ciência Política. "A democracia exige um tempo de discussão e deliberação. Isso não pode ser substituído por consultas virtuais", fundamenta o docente.

Arturi destaca ainda outro fator que impõe muita calma na aplicação destes mecanismos, com a intenção de substituir espaços presenciais. "Quem faz a pergunta? Que tipo de questionamento é feito? Algumas coisas são dirigidas", identifica, alertando ao risco de manipulação. "Sim, nas assembleias tradicionais isso também pode ocorrer", rende-se o docente da Ufrgs, admitindo que é um dilema associado muito mais a dificuldades de governar. "Não se trata de um mecanismo contra outro. A marca da política moderna é a despolitização, na qual o cidadão prefere se envolver com seus interesses privados", aprofunda o especialista em democracia e segurança, associando este ambiente não ao neoliberalismo, como sugere Giovanni Alves, mas a um processo que se desenrola há séculos.

O professor gaúcho explica que os estados modernos têm estruturas de representação indireta, como assembleias e parlamentos, devido principalmente à dificuldade de conseguir reunir todos os cidadãos em um só lugar para decidir. "Mas uma assembleia de uma categoria conserva a participação mais direta", conclui Arturi, deixando claro que não se opõe ao uso de plebiscitos ou consultas eletrônicas, mas ressalva que "mundo digital não é panaceia para os problemas da democracia". Para ele, o esvaziamento das plenárias colocou no colo de sindicatos e outras organizações o desafio de reverter a apatia e o desencanto com a política. 4

UFCSPA apostava na mobilidade acadêmica

Vivência em outra universidade do País ou do exterior garante enriquecimento profissional e pessoal para os estudantes

por Araldo Neto



Coordenadora do projeto na UFCSPA, Aline diz que experiência garante crescimento profissional dos alunos

Agregar novas experiências e conhecer outras culturas. No mundo do conhecimento esses fatores são muito importantes para o desenvolvimento profissional durante o período da universidade. Através do programa de Mobilidade Acadêmica, os estudantes da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) têm a oportunidade de realizar parte de seus estudos em outras instituições de ensino superior no Brasil e no exterior.

Na UFCSPA, a mobilidade acadêmica é disponibilizada pelos programas Ciência Sem Fronteiras, Andifes e Bolsas Botín para Fortalecimento da Função Pública na América Latina. Destes três, o mais acessado é o Ciência Sem Fronteiras. Ao todo, são 12 alunos da Universidade que estão em mobilidade, espalhados por Estados Unidos, Austrália, Alemanha e Portugal. Eles são os primeiros beneficiados pelo programa do governo federal lançado no ano passado. A duração da bolsa é de 12 meses. De acordo com a coordenadora de Mobilidade Acadêmica da UFCSPA, professora Aline Lins Camargo, a desenvoltura na língua estrangeira é o principal balizador para que os alunos estejam aptos a conseguirem uma bolsa no programa. "Muitos estudantes acabam não tendo a proficiência e não podem participar", informa. Mas nem todos os países exigem este domínio da língua. É o caso de Portugal e Espanha. A falta do pré-requisito, no entanto, amplia bastante a concorrência por cada bolsa. Geralmente, a Universidade realiza um processo de seleção interna. No último edital, 18 candidaturas foram homologadas. O resultado final saiu em novembro.

Há também a possibilidade de realizar a mobilidade acadêmica em várias universidades de ensino superior do País. Neste caso não é necessário ter bolsa de estudo. Atualmente, dois alunos da UFCSPA cumprem esta modalidade. Como parte do programa, a Universidade também recebe estudantes de outras instituições, como Bruna Trevisani Coelho, do 7º semestre do curso de Fonoaudiologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ela está em solo gaúcho para cursar um semestre na UFCSPA, através do progra-

ma Andifes de mobilidade acadêmica. A catarinense afirma que a experiência está garantindo crescimento profissional, graças ao aumento de sua rede de contatos e através de novas abordagens com diferentes professores. "Está sendo bom para mim, pois estou fazendo estágio com alunos que logo estarão formados, então o ritmo é diferente." Pessoalmente, Bruna também coleciona ganhos com a experiência proporcionada pelo programa. Ela conta que aprendeu a "se virar sozinha", saindo de uma "zona de conforto" que tinha em Florianópolis. "Isso está me auxiliando a me conhecer mais, pois vim de um local onde tudo era mais fácil, e hoje se eu não fizer, ninguém fará por mim", afirma.

A professora Aline revela que a expectativa é que o estudante volte para dar um retorno do aprendizado adquirido para a instituição e que possa ser um motivador para que outros façam o mesmo. "O aluno volta mais motivado depois de cumprir a Mobilidade Acadêmica. As vivências enriquecem as atividades didáticas na Universidade, com exemplos diferentes e novas ideias", enfatiza.

Já o estudante de Biomedicina da UFCSPA, Darlan Conterno Minussi, está nos Estados Unidos desde o início de abril. Ele realiza a graduação-sanduíche na Harvard Medical School, em Boston, através do programa Ciências Sem Fronteiras. Além de cursar algumas disciplinas na universidade, trabalha em um laboratório de pesquisa, o que garante contato direto com as mais diversas técnicas e modernos recursos. Minussi diz que a experiência e os conhecimentos adquiridos estão sendo inestimáveis para o futuro profissional. "Ter acesso a esses recursos e o privilégio de estudar em uma das mais prestigiadas universidades do mundo, aliado à dedicação, irá sem dúvida alguma contribuir de forma imensurável em minha educação, para que, assim, em breve, eu também possa contribuir com descobertas que irão auxiliar outras pessoas e ajudar a aumentar o conhecimento científico humano, especialmente nas áreas da biologia celular e molecular, nas quais concentro meus estudos", afirma. 



Minussi estuda na Harvard Medical School desde abril

Greve de 2012: a mais longa e mais irresponsável da história

por Félix González, professor da Ufrgs

Após quatro meses de universidades federais paradas é necessário avaliar o significado desta recente greve, a mais longa da história. Foi uma greve justa? Foi. Foi necessário tanto tempo para chegar ao mesmo ponto? Não. Uma coisa tem que ser dita: a diretoria da Andes tem ascendência sobre as suas bases. Desde o primeiro chamamento à greve, em meados do mês de maio, ainda no meio às negociações com o Governo, a Andes encontrou eco em muitas seções sindicais que aderiram à greve, dir-se-ia de uma forma um tanto precoce, pois ainda havia espaço de negociação.

Quando em julho, o Governo de forma displicente desconvoca reuniões marcadas previamente, o Proifes, que vinha negociando seriamente, perde a paciência e convoca à greve, que as suas bases acolhem de imediato. O Governo percebe o erro e chama de novo à negociação, com o que a greve em algumas bases do Proifes se limitou a duas ou três semanas.

As negociações Governo-Proifes avançam rapidamente e se assina um acordo em meados de agosto. Logo depois da assinatura e em meio a resmunguices contra o Proifes, a Andes vem apresentar uma contra-proposta dez meses depois de iniciadas – começaram em setembro de 2011 – e quando o Governo dá por encerradas as negociações. Vêm, a seguir, declarações de repúdios contra o Proifes, aprovadas em assembleias fieis à Andes e sentimento nas bases de desânimo, de nadar e morrer na praia.

Várias universidades começam a sair da greve. Contudo, o acordo assinado entre Proifes e Governo não é de se jogar fora e, na prática, era o que se podia conseguir. Além de ganho salarial (entre 25% e 40%), que é ganho real, consegue-se um fato historicamente reivindicado pelo movimento docente: incluir a classe de professor titular dentro da carreira, de forma que é possível aceder a ela por progressão. Também foi redu-

zido o número de níveis nas classes iniciais, reduzindo o interstício entre a primeira até a última classe, de 12 para oito anos, o que permite que professores ingressantes a partir de 2004 tenham mais tempo no final da carreira e, portanto, melhores proventos quando aposentados.

Qual é a leitura desses fatos? Em primeiro lugar, continua o domínio de setores políticos dentro das associações sindicais Andistas, que são – na antiga terminologia política – “correia de transmissão” da diretoria da Andes. A greve foi deflagrada, como sempre, por professores sindico-politizados presentes em assembleias bem preparadas em discurso e organização. Tudo bem que é parte do jogo da prática sindical: a maioria que não participa, submete-se às decisões da minoria participante. Mas, por que essa deflagração tão antecipada da greve? Isto é resultado, claro e sem rodeios, de um embate político entre o governo Dilma com os partidos trotskistas que detêm a diretoria da Andes nos últimos anos. Então, trata-se de uma “linha” definida em reuniões partidistas para utilizar os sindicatos como armas políticas contra o Governo. O discurso é contundente e convence as bases, principalmente de professores jovens, mostrando que o Governo é perverso, que não quer negociar, que as universidades estão abandonadas e os professores esquecidos e desrespeitados. A greve pela greve. A banalização desta nobre arma do movimento sindical. A irresponsabilidade de priorizar uma estratégia política partidária sobre uma tática de negociações sindicais, sem importar o quanto essa decisão pode prejudicar suas próprias bases.

O Proifes negocou um acordo bom para os professores e, mais uma vez, a Andes está vendo passar o bonde da história com um carregamento de ódio, irresponsabilidade e resultados pífios, tanto do ponto de vista sindical quanto político.

Direção do Instituto de Artes da Ufrgs se manifesta



Problemas de infraestrutura nos prédios do IA, bem como superlotação e escassez de espaço têm gerado polêmica

Após tomar conhecimento da matéria À Beira do Colapso, de autoria do jornalista Araldo Neto, publicada na revista Adverso de julho/agosto de 2012, a direção do Instituto de Artes (IA) da Ufrgs solicitou espaço para responder às questões levantadas pelo texto e manifestar sua opinião sobre a atual situação da infraestrutura, equipamentos e prédios do Instituto. Abaixo segue a íntegra da resposta enviada em nota pela Secretaria de Comunicação do IA:

“As esculturas do Apolo de Belvedere e da Vênus de Milo, que se encontram no saguão do prédio da Rua Senhor dos Passos, têm mais de um século de existência e são “moulages” (cópias moldadas nos originais), raras e de grande valor artístico e material. Não podemos permitir que as equipes de manutenção do Instituto limpem as obras. Isso só pode ser feito por pessoal qualificado; logo, não houve abandono, e sim um impedimento técnico, que demandava recursos humanos e materiais adequados. É importante destacar que as esculturas já foram adequadamente limpas, pois contamos agora com a contribuição de professor habilitado que se encarregou da tarefa.

Não julgamos correta a percepção do presidente do Centro Acadêmico Dionísio de que a Reitoria não valoriza o IA e a sua produção. Ao contrário: basta examinar atentamente os investimentos materiais e humanos que a Reitoria fez no IA nos últimos seis anos para ter a dimensão exata da preocupação e atenção da gestão atual da Ufrgs. Muitos problemas que o Instituto de Artes da Ufrgs enfrenta são históricos e de solução a longo prazo. Temos da atual Reitoria um apoio que

o Instituto de Artes nunca teve em toda a sua história. A Sala Alziró Azevedo nunca foi vítima de abandono e negligência por parte do Instituto de Artes e da Reitoria: diversos problemas levaram a situação ao nível insustentável que chegou. É importante enfatizar que a Reitoria, através da Suinfra, começou as reformas emergenciais imediatamente após a pane elétrica, para poder entregar a Sala no menor prazo possível.

É importante frisar que as demandas de infraestrutura e de equipamentos, também citados na matéria, sempre que solicitadas através de projetos (com os devidos orçamentos, como exige a Reitoria) foram atendidas. A Direção do IA nunca se negou a atender quaisquer pedidos por parte de seus departamentos mesmo que eventualmente as solicitações demorem a ser atendidas. No instante em que um departamento solicita uma providência, a Direção do IA imediatamente aciona os meios adequados no sentido de tentar resolvê-los.

O alagamento do andar térreo do prédio da rua Senhor dos Passos do Instituto de Artes da Ufrgs não aconteceu por causa da chuva, como diz a matéria, mas por um vazamento no sistema de encanamento externo ao prédio do IA. Na ocasião, a prefeitura de Porto Alegre foi alertada e resolveu o problema. A água que provocou a pane no sistema elétrico era deste vazamento. Acreditamos que a avaliação equivocada desses episódios se deve à falta de vontade de alguns membros da comunidade do IA/Ufrgs de travar diálogo com a Direção do Instituto, que desde o início se mostrou acessível e democrática.



Teto e escultura de Apolo no prédio do IA da rua Senhor dos Passos e cabine de som e luz da Sala Alziró Azevedo

A falta de espaço físico do prédio da Rua Senhor dos Passos está realmente acima dos limites do suportável. Mas é importante informar que os problemas decorrentes da antiguidade do prédio são resolvidos na medida em que eles surgem. A resposta da Direção do IA/Ufrgs para os problemas que surgem é sempre imediata e determinada pelos recursos humanos e materiais à disposição. Muitas soluções exigem da Direção do IA/Ufrgs e da sua equipe disponibilidade além do dever, fato que alguns membros de nossa comunidade parecem desconhecer. As atividades acadêmicas têm acontecido regularmente. Se estivéssemos realmente “à beira do colapso” como sugere o texto da revista da Adufrgs, os cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Música, Artes Visuais e Arte Dramática abrigados pelos prédios do Instituto de Artes não estariam entre os melhores do Brasil, como estão.

Também é importante esclarecer que o uso de salas do DAD para as aulas do Bacharelado em História da Arte não é um problema, ao contrário, é uma solução. Todos são prédios do IA e, consequentemente, da Ufrgs. Se fosse um problema também o seria as salas de aula que os cursos de Artes Visuais e Música têm no Anexo da Reitoria.

Quanto à falta de isolamento acústico das salas dos prédios do DAD e da rua Senhor dos Passos, reconhecemos que não é um problema recente e não tem solução a curto prazo. Os isolamentos são necessários, sim, mas é importante que se perceba que os prédios estão no centro da cidade e foram construídos na primeira metade do século passado, quando a cidade era bem menor do que é hoje. Entretanto, é importante esclarecer que as salas do Demus no Anexo 1 da Reitoria, recentemente refor-

madas, contemplam a demanda justa de isolamento acústico.

O prédio do ICBS será do Instituto de Artes. Já existe um programa de necessidades elaborado por uma comissão dos três departamentos do IA que está sendo trabalhado pela Reitoria e que será implementado logo que o ICBS tiver seu prédio no Campus da Saúde construído. Também é importante esclarecer que a ideia de uma integração dos alunos dos quatro cursos do IA em um mesmo espaço era a posição defendida por esta Direção. Porém esta posição foi rejeitada, pois ela depende do acordo entre os departamentos, o que nem sempre foi possível visto que em todos os momentos no qual a situação foi proposta, nas reuniões do Conselho da Unidade, no qual professores, técnicos e alunos têm assento garantido por lei, ela esbarrou em posições radicalmente contrárias ao abandono dos prédios atuais. Assim, a opção foi por atender, na medida do possível e de forma democrática, os desejos individuais e as necessidades do grupo maior.

Finalmente, lamentamos que a Direção do IA não tenha sido ouvida antes da edição da matéria. Nunca nos recusamos a dar explicações, dirimir dúvidas e esclarecer questões complexas. A Direção do IA sempre pautou sua postura pela clareza e pela abertura ao diálogo, nunca se recusando a ouvir quem quer que solicite atenção. Trabalhamos permanentemente pela comunidade do Instituto de Artes da Ufrgs, sempre respeitando os espaços e as opiniões individuais. Pensamos que nossa exclusão da matéria privou os leitores de uma visão mais completa do atual estado de coisas do Instituto de Artes.”

A Direção do Instituto de Artes da Ufrgs

Nota da editora: Para realizar a referida matéria, o jornalista Araldo Neto ouviu a comunidade, através do presidente do Centro Acadêmico Dionísio, do Chefe do Departamento de Artes Dramáticas, de uma professora deste Departamento, bem como entrevistou o reitor da Ufrgs, professor Carlos Alexandre Netto. Uma vez que o diretor do IA estava de férias (no início de julho), a reportagem conversou ainda com o vice-diretor do Instituto de Artes, Carlos Augusto Camargo, que repassou as mesmas informações que o reitor da Universidade, apresentando, inclusive, a lista de demandas de obras enviadas pelo IA à Reitoria. Com toda a transparência e fidelidade foram colocadas as opiniões dos entrevistados, bem como os fatos citados como exemplo foram devidamente identificados e fotografados. É importante frisar que tudo o que o IA repassou de informação na ocasião em que foi procurado também consta na matéria À Beira do Colapso.

Mercosul já representa 75% da economia da América do Sul

Ingresso da Venezuela fortaleceu o bloco, que passou a ser a quinta potência mundial

por Michelle Rolante

A entrada oficial da Venezuela no Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi anunciada em julho deste ano, mas a aproximação entre o Brasil e aquele país socialista é anterior. Iniciou ainda na década de 1990, com investidas da diplomacia brasileira focada em conquistar maior presença naquela região do Caribe, localizada no norte da América do Sul, onde se encontra uma das maiores reservas de petróleo do mundo. "Não é só o Brasil que tem interesse naquele país – os Estados Unidos e a China também têm", observa o coordenador do curso de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Ufrgs, André Reis da Silva.

Com a Venezuela, o Mercosul representa 75% da economia da América do Sul e passou a ser a quinta potência mundial. No aspecto político o novo membro fortalece o bloco dentro de sua estratégia de ampliação. "Foi criado o que chamamos de grande Eixo Argentina, Brasil e Venezuela, que são os países economicamente mais fortes da América do Sul", ressalta Silva. "Assim, se fortificou a capacidade do Mercosul de fazer acordos, parcerias e ser representado no mundo."

Do ponto de vista econômico é um excelente negócio para o Brasil que Caracas seja membro pleno do Mercosul. Aproximadamente 95% das exportações da Venezuela são de petróleo e seus derivados. "Nesse caso, há uma complementaridade econômica muito forte entre nosso país e a Venezuela, além de um mercado consumidor que nós podemos ocupar", explica Silva, destacando que o Brasil exporta mais do que importa da Venezuela.

Justamente o fato de a Venezuela ser uma grande importadora de produtos industriais e de alimentos caracteriza mais uma vantagem da nova composição do bloco econômico do ponto de vista brasileiro, uma vez que estes itens integram exatamente os produtos que o País vende e pretende expandir, pontua o especialista.

Para entrar no Mercosul de forma plena é necessária a aprovação de todos os presidentes e a ratificação nos congressos dos países que o compõem. Desde 2006 a Venezuela pleiteava seu ingresso neste sentido, mas somente com a recente crise do Paraguai houve uma oportunidade real de efetivar o que estava latente há muito tempo. "Os demais congressos já haviam aprovado, mas o do Paraguai era contrário por ser conservador e ter uma série de brigas com aquele país. Mas todos precisam do petróleo e do gás venezuelano, por isso foi dado um tapa de luva diplomático no Paraguai", observa Silva.



Silva, coordenador do curso de Relações Internacionais da Ufrgs, diz que nova formação do bloco foi um avanço

Agora, o projeto do Mercado Comum do Sul passa a ser fortalecido até mesmo em relação à Aliança Bolivariana para as Américas (Alba), criada pelo próprio presidente venezuelano Hugo Chavez. O mesmo ocorre em relação a outros vários processos de integração em disputa para a América do Sul. "A ideia é fazer essa conexão através do modelo do Mercosul que é um padrão que nos interessa", afirma Silva. "Assim, existe uma certa abertura para os países envolvidos que se protegem, mas também não ficam focados só no bloco. Há uma certa margem de manobra", completa o especialista, esclarecendo por que a entrada do quinto membro no Mercosul significou um "grande avanço".

A Tarifa Externa Comum (TEC) é a principal estrutura utilizada pelos países que estão em processo de integração. Ela prevê uma taxa comercial padronizada para um grupo de nações. Por exemplo, o Brasil não pode oferecer uma tarifa mais baixa para um terceiro país do que a taxa oferecida aos integrantes do Mercosul. "Essa é a regra básica de qualquer processo de integração", explica o coordenador do curso de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Ufrgs, André Reis da Silva. Segundo ele, a Venezuela terá que fazer o mesmo: não poderá vender petróleo para os Estados Unidos por um preço mais baixo que para o Brasil, por exemplo. "Assim como o Mercosul impede que o Brasil faça acordo com quem quiser, também impede que os outros integrantes do bloco façam o mesmo de forma livre sem conversar com o nosso país."

Silva salienta que a economia da Venezuela não concorre com nenhuma outra do bloco, “pelo contrário, ela é complementar”. Para o novo integrante do Mercosul uma das vantagens de vender petróleo para o Brasil é que o pagamento não precisaria ser feito em dólar. Além disso, o transporte do petróleo seria mais barato para os venezuelanos, pois poderia ser realizado através de ferrovias ou oleoduto que poderia ser construído na região de Roraima – sem contar o transporte marítimo, que é o mais usual para petróleo. “Nesse caso, vender para o Brasil é mais barato, e os venezuelanos poderiam colocar um preço melhor para eles mesmos. Isso não significa que eles tenham que atrelar toda a economia deles à nossa”, afirma Silva.

Resposta diplomática ao Paraguai

Após passar por um processo de redemocratização na década de 1990 (quando o novo regime passou a ser erguido com bases muito frágeis), o Paraguai sofreu periodicamente diversas crises políticas nos últimos 20 anos, tendo a última delas culminado na destituição do presidente Fernando Lugo.

O coordenador do curso de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Ufrgs, André Reis da Silva, lembra que na ocasião ocorreram vários conflitos agrários, com assassinatos, e o então presidente paraguaio foi acusado de ser o responsável. “O problema foi a rapidez com que aconteceu, de um dia para o outro, dessa forma ele não teve tempo hábil para se defender. Por isso, podemos considerar a ação que o destituíu como um golpe”, afirma o especialista, ponderando que algumas pessoas não consideram assim, porque a constituição permitia essa ação.

“Mas uma constituição que consente através de uma manobra rápida tirar um presidente do poder é uma constituição muito frágil”, destaca Silva. Ele define essa como uma nova modalidade de golpe, chamada de “golpe branco”, pois foi “autorizado” pela constituição. “Quando o presidente assume, ele acaba herdando uma série de armadilhas montadas pelo próprio sistema.”

O “golpe” foi organizado no momento em que acontecia a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e os presidentes e chanceleres da América do Sul estavam todos concentrados nesse evento. Para o coordenador do curso de Relações Internacionais, o que chamou mais a atenção foi a rapidez com que Lugo aceitou ser destituído. “Ele deveria ter se aliado a um general com um pequeno exército, ou mesmo à polícia militar, sem sair do palácio, e contado com o apoio de algum movimento social protegendo para segurar durante alguns dias seu impeachment”, opina Silva, sugerindo que talvez dessa forma, a destituição não tivesse sido efetivada, porque instituições como o Mercado Comum do Sul e a União Sul-Americana de Nações (Unasul) teriam tempo de atuar para “coagir os golpistas”. “Se Lugo tivesse resistido um pouco mais, teria dado espaço para uma ação mais incisiva dos países que compõem o Mercosul e a Unasul, porque neles há instituições democráticas para isso”, afirma.

Esse fato coloca um dilema para Política Externa Brasileira,

que é o respeito à soberania dos outros países. Por outro lado, as instituições são integradas em um projeto democrático. “Não caberia outro modelo que não esse.”

Em vista do que aconteceu no Paraguai naquele momento, os chanceleres do Brasil, Argentina e Uruguai decidiram suspender o país das reuniões e decisões do Mercosul temporariamente. “Essa foi uma resposta diplomática política bastante dura que o Paraguai recebeu dos países que integram o bloco”, afirma Silva. Porém, esse ato não significa nenhum tipo de sanção econômica para o Paraguai ou sua população. “O Brasil é contra sanções porque normalmente elas penalizam muito mais o povo que o próprio governante. Podemos dizer que a suspensão foi uma espécie de sanção política”. 

Mercado Comum do Sul

Criado em 1991, o Mercosul inicialmente era uma parceria entre quatro países da América do Sul. O bloco era formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Porém, sempre houve o objetivo de fazer uma ampliação moderada de novos sócios e nesse sentido entraram Chile e Bolívia, em 1996. No novo milênio ocorreu uma onda de adesões de outros membros associados entre eles Colômbia, Equador e Venezuela (que atualmente é membro pleno do bloco).

Venezuela no Mercosul



Celi Regina Jardim Pinto

“Brasil vive um momento de esquizofrenia política”

A historiadora e cientista política Celi Pinto é uma das cinco integrantes da Comissão Estadual da Verdade no Rio Grande do Sul, criada pelo governador Tarso Genro para auxiliar os trabalhos do grupo nacional instituído pela presidente Dilma Rousseff. Professora do Programa de Pós-Graduação em história da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), ela enxerga no horizonte uma configuração paradoxal que define como “o pior dos mundos”. Se por um lado os governos Lula e Dilma trazem consigo enormes avanços sociais, no plano de valores parece haver um conceito conservador.

Em entrevista à revista *Adverso*, a pesquisadora analisa a atual conjuntura política do País, marcada por três processos que ocorrem simultaneamente: o julgamento do mensalão no Supremo Tribunal Federal (STF), as eleições municipais, e a atuação da Comissão da Verdade, implementada para investigar os crimes da ditadura. Celi Pinto critica o processo de espetacularização do julgamento no STF, identifica uma esquizofrenia política no Brasil com a degradação do quadro partidário e adverte para os riscos da campanha sistemática contra a política e contra os políticos.

A integrante da Comissão da Verdade no Rio Grande do Sul define um dos principais objetivos do grupo de trabalho: “Queremos contar a história de quem foi preso, torturado, morto ou desaparecido e também apontar quem torturou e matou. Queremos mostrar que a tortura, a morte, o desaparecimento e a humilhação não foram exceções, mas sim uma política de Estado.”

por Marco Aurélio Weissheimer



Adverso: O julgamento do mensalão foi apresentado pela grande imprensa como o “maior da história do Brasil”. Qual sua avaliação sobre esta caracterização e sobre o desenrolar das sessões?

Celi Pinto: Eu acho que a questão do mensalão deve ser vista de vários lados. Em primeiro lugar, esse processo definitivamente não é o que a grande imprensa está dizendo que é. Nós estamos vendo, por um lado, um lastimoso processo de espetacularização do Judiciário. Uma suprema corte, em qualquer país do mundo, tem que se dar o respeito. E o Supremo não está se dando o respeito como instância mais importante do Judiciário brasileiro.

O que está acontecendo dia após dia na televisão é um espetáculo lamentável, muito por conta do ministro relator Joaquim Barbosa, que não tem tido uma postura republicana. Por outro lado, temos a questão da mídia, que conseguiu transformar o mensalão no grande julgamento da corrupção no Brasil, o que me deixa pasma. Para a chamada opinião pública, principalmente a classe média brasileira, quando se fala em mensalão “ou se deve condenar os réus, ou o Supremo não é sério”. Então não precisa Justiça. Se o STF só for sério se tomar uma determinada posição naquilo que está julgando, não precisa existir, pois o julgamento já está sendo feito antes. Então, é um momento importante, sem dúvida, mas não é o mais importante do País. Há uma espetacularização violenta do Supremo que está fazendo muito mal para a Justiça brasileira e para a democracia.

Ministros do STF não podem se comportar como estrelas televisivas, e isso tem ocorrido. Seria muito importante que esse julgamento fosse mais sério. Nos termos em que está sendo realizado, com condenações ou absolvições, não servirá para melhorar a democracia brasileira. Acho lamentável a espetacularização, o tratamento midi-

ático e o uso político que está sendo feito deste julgamento.

Adverso: Qual o possível impacto deste julgamento nas eleições municipais deste ano?

Celi: Acho que nenhum, pela seguinte razão: há uma esquizofrenia política total hoje no Brasil. O governo federal tem 67% de aprovação no País, mas isso não se reflete no desempenho do partido da presidente na campanha eleitoral. O PT está indo muito mal na maioria das pesquisas e vai se sair muito mal nestas eleições. Mas, se o mensalão realmente estivesse atingindo o PT por que é que não atinge a Dilma que é petista? Acho que são três coisas diferentes. Se o PT entrar no discurso de que não vai eleger seus candidatos por causa do mensalão, mais uma vez estará fazendo uma interpretação errada sobre sua posição e sobre sua história.

Talvez em São Paulo, que é a grande vitrine desta eleição em particular, haja uma exploração do mensalão por parte do Serra. Mas não creio que o eleitor vai votar ou deixar de votar no PT por causa do mensalão. Se o PT fizer essa interpretação, repito, estará errando mais uma vez, como vem errando sucessivamente nos últimos anos.

Adverso: As pesquisas apontam possibilidade de vitória para o PT em algumas capitais como Goiânia e Fortaleza, além da possibilidade de ir para o segundo turno em São Paulo. Dirigentes dizem que o partido está investindo em cidades de médio porte. Existem erros na ação do partido?

Celi: Eu não acho que o PT esteja com uma tática eleitoral errada, mas sim que está pensando errado como partido nos últimos dez anos. Penso que o PT foi o único grande partido que o Brasil teve, especialmente depois da redemocratização, talvez secundado pelo início do PSDB. Não estou falando de questão ideológica, mas sim de orga-

nização partidária. O PT e o PSDB foram os dois grandes partidos que se colocaram na sociedade no período pós-ditadura. E o PT foi o partido que propôs uma coisa nova, uma possibilidade de construir um mundo melhor, um outro mundo possível. A necessidade de fazer alianças e de chegar ao poder fez com que o partido perdesse visão estratégica. O PT hoje, na minha avaliação, é um partido sem rumo.

Isso é interessante, porque o governo federal tem rumo. O governo Lula teve rumo e o de Dilma tem rumo. Os governos do PSDB não foram iguais aos governos do PT. O que os governos do PT estão fazendo no terreno social é algo admirável. Esse país mudou. Por outro lado, temos uma estrutura partidária que não renovou suas lideranças. Quem são as novas lideranças do PT? O Haddad é uma criação do Lula. Os partidos políticos no Brasil estão precariamente organizados. Olhe para São Paulo: de um lado tem uma criação de Lula, de outro tem um velho político, e de outro um títere da Igreja Universal do Reino de Deus. Esta é a disputa política que estamos vendo na maior cidade do País.

Adverso: Isso parece ser um paradoxo, não? Por um lado, há governos de um mesmo partido que avançaram muito na questão social e no combate à pobreza e à desigualdade, por outro, é como se houvesse um preço político a pagar por isso. Afinal, boa parte das lideranças do PT acabou absorvida pela estrutura de governo, criando um vácuo dentro do partido.

Celi: Acho que tu colocaste muito bem a questão do preço a pagar. A sensação que eu tenho é que o preço que está se pagando é mais alto do que o que está sendo cobrado. Ou seja, há uma falta de vontade política de enfrentar mais de frente as forças conservadoras deste país. E essas forças con-

servadoras ganham, por um lado, com o crescimento econômico e o aumento de consumo, e, por outro, há um avanço de valores conservadores, dando o tom do que pode e do que não pode no País.

Então, temos uma combinação que é o pior dos mundos. E esse pior dos mundos não é contra o desenvolvimento social. Nem a Igreja Católica nem os pentecostais são contra o aumento do consumo e do emprego. Muito menos a burguesia brasileira, desde que não haja aumento de força das pessoas que divida um pouco a imensa concentração de poder que há no País. Para usar uma expressão de Boaventura Sousa Santos, nós precisamos democratizar a democracia brasileira. Ninguém garante que o que está acontecendo no Brasil é uma conquista do povo, se quem decide se isso é bom ou não para o povo não é o povo.

As pessoas têm que participar e decidir mais no Brasil, tanto sobre suas próprias vidas quanto na política de um modo mais geral. Acredito que as pessoas não participam mais porque não têm espaço para isso. Ninguém participa de um grupo onde sua voz não é ouvida. O fato de o poder ser extremamente concentrado no País faz com que essa situação se organize assim. Ninguém dá bola mais para a política. Ninguém está dando importância para as eleições. A gente não enxerga a campanha política na rua...

Adverso: Só os cavaletes de propaganda dos candidatos...

Celi: E olhe lá, um que outro. E tenta encontrar o partido político dos candidatos nos cavaletes. É preciso ter um olho perfeito para enxergar, de tão pequeno que é. Alguma coisa está acontecendo. Se pegarmos os três principais candidatos em Porto Alegre, todos são de partidos de tradição: o PDT, o PCdoB e o PT. Três partidos com grande tradição na história da política do Rio Grande do Sul e do Brasil. E esses três

candidatos não aparecem identificados com seus partidos. Isso só aparece em letras bem pequenas. Por que será? Esses partidos não têm propostas para apresentar à sociedade?



"O STF não está se dando o respeito como instância mais importante do Judiciário"

Adverso: De certo modo, isso também aparece nos programas de televisão e nos debates aqui em Porto Alegre, que parecem se resumir a quem é o melhor gestor, a quem tem mais competência para governar...

Celi: Sim, é a disputa de quem faz melhor o mesmo. É muito incrível isso. A questão central não é como o eleitor escolhe seu candidato. O eleitor, em primeiro lugar, tem que definir qual é a sua posição política, ou seja, de que lado ele está na política. A partir daí, teria que haver partidos que apresentassem propostas que viessem ao encontro desta posição. Mas o eleitor não encontra isso hoje, porque os partidos são a mesma coisa. Então ele vai procurar os candidatos, segundo vários critérios individuais: o mais simpático, o que fala melhor, o que tem mais dinheiro para fazer propaganda e por aí vai.

O PT foi importante e inovador porque as pessoas votavam no PT e depois

escolhiam o candidato. O PSDB também tinha isso em São Paulo. Hoje isso não existe mais. Não creio que os partidos estejam superados, mas eles precisam se reposicionar, seja com os nomes atuais, seja com outros. As pessoas perderam a identificação partidária mesmo aqui no Rio Grande do Sul onde ela era a maior do Brasil.

Adverso: As pesquisas parecem sinalizar um novo quadro partidário, com o surgimento de novas forças, como o PSB e a presença crescente dos evangélicos na política. Na sua opinião, há, de fato, um cenário novo em gestação?

Celi: Sim. Mas São Paulo, que tinha um PT e um PSDB extremamente bem estruturados, também tem histórico de votação em figuras como Jânio Quadros, Ademar de Barros, Pita... parece uma alternativa da cidade para organizar o caos. Tirando essa tradição paulistana, é impressionante que dois partidos tão bem estruturados não consigam sequer chegar ao segundo turno. E, pelo visto, um deles vai ficar fora.

O PSB, por sua vez, é um partido que vem crescendo, ocupando uma posição entre PT e PSDB. Mas também é um partido com muita gente estranha dentro, muita gente diferente. Temos ainda o caso do PV que ganhou grande visibilidade nacional com a candidatura da Marina Silva. Mas onde foram parar os votos dela, que fez uma grande campanha nas últimas eleições presidenciais? Além disso, enfrentamos um processo de despolitização e até de glorificação da despolitização que afirma que o que é político é ruim e o que não é político é bom.

Esse discurso vem sendo repetido incessantemente, dia e noite. Eu sempre disse para meus alunos, e em entrevistas, que eu não acreditava que a grande mídia dominava corações e mentes em lugar nenhum do mundo e muito menos no Brasil; que se domi-

nassee o Lula não teria sido presidente da República ou o Olívio não teria sido governador aqui no Rio Grande do Sul. Mas, neste momento, eu acho que há uma influência sim, muito mais espalhada, menos política, mais na escala de valores, que está muito entranhada nas pessoas. Você pega um táxi, vai a um consultório, conversa com as pessoas e quase todas estão falando mal da política e dos políticos. Esse discurso é repetido à exaustão diariamente na mídia: os políticos são corruptos, não são sérios, não trabalham.

Adverso: A Reforma Política pode ajudar a resolver alguns desses problemas da democracia brasileira?

Celi: Cada político e cada cientista político neste país têm uma proposta distinta para a Reforma Política, que se tornou a palavra mágica, assim como aconteceu com a Reforma Tributária. Particularmente, acho que uma grande reforma política é muito perigosa se não for feita de uma forma muito democrática. Eu entendo que essa reforma deveria ser feita com muita parcimônia.

Nós temos duas grandes questões para resolver: voto aberto ou voto em lista e o tema do financiamento público de campanha. Qualquer uma dessas situações tem prós e contras. O voto aberto diminui o poder dos partidos. O que precisamos responder é se queremos ou não aumentar o poder dos partidos. Se fizermos listas fechadas e mantivermos as atuais estruturas partidárias, teremos listas fechadas com os mesmos que estão no poder.

Há alguns exemplos no mundo onde a lista fechada melhora a diversificação da representação. Para isso é preciso ter um método muito democrático para a confecção da lista, que pode aumentar o número de militantes nos partidos e aumentar também a sua democracia interna.

Eu sou a favor do financiamento pú-

blico de campanha. Aqueles que dizem que isso não acaba com o caixa-dois estão certos. De fato, não acaba, porque as leis são feitas para quem as cumpre. Quem não cumpre, não vai cumprir seja com financiamento público ou privado. Creio que o financiamento público pode aumentar a possibilidade de controle sobre a prática do caixa-dois. Só isso. Se todo mundo tem cinquenta e alguém gasta um milhão, isso chama a atenção e vamos ver o que está acontecendo com esse candidato que está gastando um milhão. A gente olha para as campanhas para vereador e vê que tem candidato gastando muito dinheiro. Há uma resistência muito grande ao financiamento público com aquele argumento de que não devemos usar dinheiro público para isso. Ora, a democracia tem um custo e temos que pagar para ter uma democracia, inclusive para ter uma com menos corrupção.

Adverso: Parte dos problemas que enfrentamos na política brasileira não se deve ao tipo de transição que o País teve da ditadura para a democracia, quando muita coisa foi varrida para debaixo do tapete? Qual sua avaliação sobre o papel da Comissão da Verdade de trazer à luz essa história oculta?

Celi: Só para ficar claro: eu sou integrante da Comissão Estadual da Verdade e falo aqui não em nome da Comissão, mas na condição de uma integrante desse órgão. O coordenador da Comissão Estadual no Rio Grande do Sul é o advogado Carlos Frederico Guazelli e é ele que fala em nome da Comissão. Sobre a tua pergunta, acho que pagamos muito caro, sim, pelo tipo de transição que nós tivemos. Pagamos caro o fato de a transição ter sido feita pelos militares e ela foi nos termos que eles quiseram. A geração que veio imediatamente depois nunca enfrentou isso. Nós não podemos aceitar uma democracia onde as decisões sobre a ditadura

são feitas pelos ditadores. Isso não tem lógica histórica. Alguém perde a guerra e decide que vai continuar como general. Quem decide como vai ser a vida depois da guerra que perdi sou eu. Isso não existe em lugar nenhum do mundo.

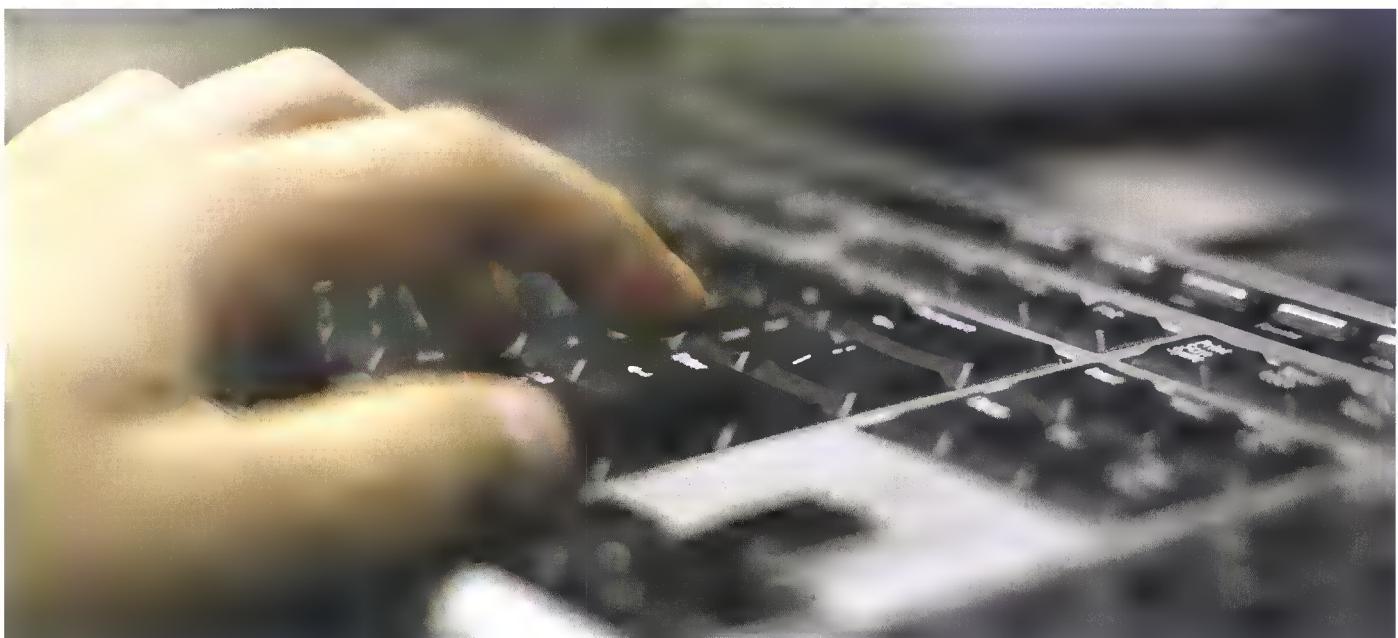
O Brasil paga muito caro por isso até hoje, porque há grupos civis, militares e empresariais muito fortes que tiveram participação na ditadura e nos seus órgãos de repressão, e nunca se tocou nisso – 30 anos depois, criamos a Comissão da Verdade, que é uma iniciativa muito importante, mas tem duas limitações claras. Uma é o próprio tempo. As coisas andaram e se modificaram nestes 30 anos. Não podemos parar e dizer que essas três décadas não aconteceram. Elas aconteceram e o Brasil de hoje é um país muito diferente do da década de 1980. Nós, da Comissão Estadual da Verdade no Rio Grande do Sul, temos duas grandes preocupações. A primeira é dar uma outra versão da história. Dentro desta preocupação, a prioridade é trazer à memória das pessoas quem lutou contra a ditadura, quem foi preso, torturado, morto ou desapareceu, quem foi posto para fora de seu trabalho, quem foi exilado e quem fez tudo isso. Os cidadãos têm que saber quem torturou, quem matou, quem deu ordens para que isso acontecesse. Essas pessoas existem.

A segunda preocupação, tão importante quanto a primeira, é mostrar que a tortura, a morte, o desaparecimento e a humilhação não foram exceções. Essa foi a forma de governar o Brasil naquele período. Estava dentro das instituições brasileiras, estava dentro do Executivo, do Legislativo, da polícia. Não se torturou porque havia um ou dois policiais malucos. Foi uma política de Estado. E nós precisamos recontar o que foi essa política de Estado e quem estava por trás dela. Não sabemos até onde conseguiremos ir nisso em dois anos. Qual o impacto disso na sociedade? Quem viver, verá. 

Software Livre possibilita reprodução do ambiente de desenvolvimento fora da universidade

Com a vantagem, alunos podem levar trabalhos acadêmicos para casa, sem precisar se preocupar com licenciamento de ferramentas de sistemas

por Michelle Rolante



Contar com a possibilidade de desenvolver um trabalho, reproduzindo em casa o ambiente de ferramentas profissionais adequado, é um dos benefícios que o Software Livre nas universidades oferece aos estudantes do ensino superior. Esta mobilidade permite que alunos de instituições, como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), continuem trabalhando em outros locais, utilizando o ambiente de desenvolvimento correto, sem se preocupar com o custo da licença de um software proprietário (pago).

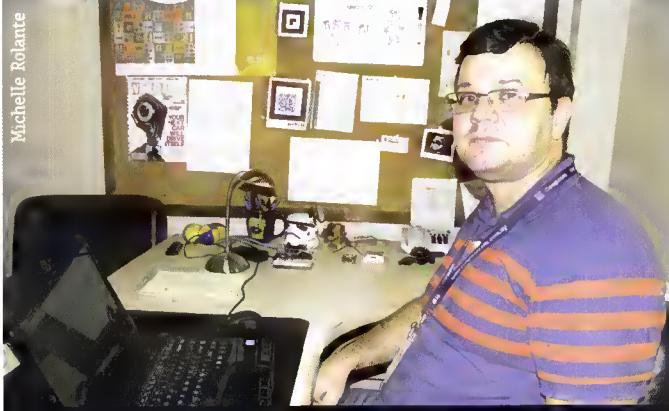
Existem diferentes ferramentas de Software Livre que vão desde sistemas operacionais, suítes de escritório, servidores web e de aplicação, ferramentas de desenvolvimento, sistemas gerenciadores de banco de dados, incluindo desde grandes simulações complexas até pequenos sistemas embarcados. "Hoje, se existe um projeto de software na universidade, ele certamente pode ser feito em Software Livre", afirma o professor Marcelo Pimenta, do Instituto de Informática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs).

No IFRS é utilizada a plataforma de virtualização Máquina

Virtual, onde é possível colocar diversos servidores virtuais através de um servidor físico, como se fossem vários Linux, por exemplo. "Ao trabalhar com servidores virtuais temos algumas vantagens, a primeira delas é poder levar para qualquer lugar", afirma o professor André Peres, do IFRS-POA. O software de virtualização pode ser instalado em cima de um hardware. Essa solução, chamada VMware ESXI, é um software gratuito. O detalhe é que o Linux virtual é um conjunto de arquivos que pode ser levado para qualquer lugar.

Caso as duas instituições de ensino superior trabalhassem com Software Proprietário, ou de Licença, no momento em que se duplicassem esses arquivos de um lugar para outro seria necessário uma licença móvel. "Por isso, não cogitamos a possibilidade de instalar Software Proprietário no ambiente de ensino. Tudo que instalamos são os softwares que os alunos estão trabalhando", diz Peres. No Linux virtual são colocados todos os softwares que os estudantes irão precisar para programar, mas os alunos também têm contato com software pago, como o Microsoft.

Para Pimenta, o Software Livre colabora para o desenvol-



André Peres diz que servidores virtuais podem ser instalados em qualquer hardware

vimento de novas tecnologias, em primeiro lugar pela divulgação do próprio trabalho, "como uma forma de demonstrar talento e cooperar", característica muito valorizada pelas empresas. "Se pensarmos que hoje os alunos podem levar para casa esses ambientes completos de desenvolvimento (IDEs, bancos de dados, linguagens) para trabalhar sua criatividade, é fantástico, porque isso pode colaborar para o surgimento de novas tecnologias e ferramentas. Uns 15 anos atrás era inviável um aluno ter um sistema gerenciador de banco de dados em sua máquina de casa."

A iniciativa de projetos de Software Livre tem também forçado um novo posicionamento das empresas, destaca Pimenta, comentando o caso do Projeto Eclipse (IDE). "Antigamente, os grandes players tinham suas próprias IDEs (Oracle, Sun, IBM). Com o surgimento do Projeto Eclipse e o envolvimento da comunidade, houve uma inversão do desenvolvimento. "Todas as IDEs destes players agora estão baseadas em um projeto livre como Eclipse ou NetBeans, pois as atualizações são muito mais constantes", diz o professor. Outro exemplo de Software Livre é o Moodle, que é muito usado para Educação à Distância (EaD) por diversas instituições de ensino.

Impacto global com qualidade

O Software Livre contribui diretamente para o progresso da ciência e especialmente em novas tecnologias ligadas à computação sendo, em muitos casos, a estrutura básica para essas inovações. Hoje, uma grande parte das pesquisas na área de computação tem suas atividades em plataformas de código aberto. Mundialmente, muito tem se estudado para compreender as formas de produção dos projetos de Software Livre, buscando entender e aplicar as práticas colaborativas e de auto-organização utilizadas nestes projetos, consideradas às vezes como práticas de contracultura, bem diferentes das abordagens mais tradicionais da indústria de software comercial. Estes projetos mostram que é possível construir Software Livre de impacto global com qualidade até mesmo superior a projetos comerciais – o Linux é apenas um exemplo. Em relação à pesquisa, o professor do Instituto de Informática da

Ufrgs diz que uma questão importante precisa ser ressaltada: "para que existam mais e melhores pesquisas na área, serem aplicados tanto investimentos públicos, quanto privados."

No Rio Grande do Sul, as universidades começaram a utilizar estas ferramentas, principalmente o sistema operacional GNU/Linux, há 15 anos. Naquela época, existiam muitas dúvidas em relação ao Software Livre, principalmente por parte das empresas. Com a popularização do Linux e o surgimento e amadurecimento de outras tecnologias, aliados a investimentos de grandes corporações como IBM, Microsoft, Oracle, SAP, a adoção foi se tornando natural e o movimento Software Livre ganhou muita força, provando que "veio para ficar". "Sem dúvida, a Ufrgs foi uma das pioneiras no uso de ferramentas de Software Livre no Estado. No início da década de 1990, diversos pesquisadores do Instituto de Informática já usavam e desenvolviam ferramentas de código aberto, devido às suas experiências no exterior", pontua Pimenta. No final da década de 1990, com o apoio do Governo do Estado, surgiu o Fórum Mundial de Software Livre em Porto Alegre, que hoje é um dos maiores eventos da área no mundo. 

Entenda a terminologia: GNU/Linux

Considerado o principal projeto de Software Livre existente, é a junção do núcleo Linux, desenvolvido por Linus Torvalds e o pacote de serviços e ferramentas originados do projeto GNU, liderado por Richard Stallman.

Servidor Apache

É um exemplo de Software Livre notável, pois é o servidor HTTP mais popular da Web e responsável pelo processamento da maior parte das páginas disponibilizadas atualmente na Internet.

Software Livre

É qualquer programa de computador cujo código-fonte deve ser disponibilizado para permitir o uso, a cópia, o estudo e a redistribuição.

Eclipse

Originado a partir do VisualAge da IBM, o Eclipse é um dos principais ambientes integrados de desenvolvimento de software (IDE) para a plataforma Java.

Moodle

É um software livre, de apoio à aprendizagem executado em um ambiente virtual, acessível através da Internet ou de rede local.

IDEs

Ambiente Integrado de Desenvolvimento

Fonte: Wikipédia



Uma droga chamada açúcar

Pesquisa desenvolvida dentro da Faculdade de Odontologia da Ufrgs alerta: efeitos danosos da substância se assemelham aos ocasionados pelo álcool

por Marco Aurélio Weissheimer



O jornalista William Dufty causou uma grande polêmica ao publicar, em 1975, o livro *Sugar Blues* (O gosto amargo do açúcar), onde ele aponta o açúcar branco como uma verdadeira droga – que vicia –, comparando os danos desta substância com os ocasionados pelo álcool, a cocaína e a heroína. De lá para cá, os estudos e alertas aumentaram, mas não foram suficientes para frear o consumo do produto pelos habitantes do globo. Em fevereiro deste ano, três cientistas da Universidade da Califórnia (Robert Lustig, Laura Schmidt e Claire Brindis) publicaram, na revista *Nature*, o artigo *The Toxic Truth About Sugar* (A verdade tóxica sobre o açúcar), retomando a advertência feita por Dufty e apontando a ingestão excessiva deste ingrediente como um perigo para a saúde pública.

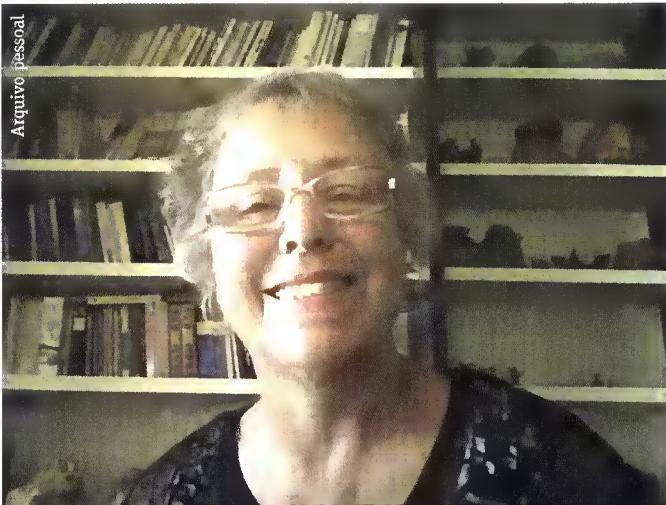
No texto, os autores afirmam que os efeitos lesivos do produto no organismo humano são semelhantes aos promovidos pelo álcool, e sugerem que sua venda também deveria ser regulada. O consumo global de açúcar, adverte o estudo, triplicou nos últimos 50 anos, com os Estados Unidos aparecendo na liderança do ranking mundial dos consumidores do produto. Mas o problema é grave também nos países em desenvolvimento, onde refrigerantes são frequentemente mais baratos do que leite ou mesmo água.

Os cientistas defendem que governos deveriam começar a controlar o consumo de açúcar, taxando produtos industrializados que o tenham em sua composição, limitando a venda dos mesmos em escolas e definindo uma idade mínima para o consumo de refrigerantes. Tais recomendações, ob-

viamente, vão contra uma das mais poderosas indústrias do planeta: a da alimentação, com suas ramificações midiáticas e publicitárias. Esta influência penetra também nos círculos acadêmicos, principalmente nas áreas ligadas à alimentação e à saúde humana.

A professora titular da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Sonia Maria Blauth de Slavutzky, conhece essa realidade de perto. Ela bateu de frente contra este modelo quando passou a pesquisar os efeitos da substância na saúde humana, uma escolha que enfrentou (e ainda enfrenta) muitas resistências, inclusive dentro dos cursos de Odontologia, cujo currículo tradicional (no Brasil) trabalha fundamentalmente com a parte dentária e bucal, deixando quase todo o resto para o terreno da Medicina, da Nutrição, da Enfermagem e de outras áreas. “Existem hábitos arraigados que andam de mãos dadas com a relutância a outro tipo de abordagem”, comenta a docente.

Sonia Slavutzky integra o Núcleo Interdisciplinar de Doenças Crônicas na Infância, da Pró-Reitoria de Extensão da Ufrgs, coordenado pela médica Noêmia Perli Goldraich. “Noêmia trabalha com o sal, e eu com o açúcar. Organizamos seminários, atividades para professores e para o público em geral. Recentemente, começamos a realizar um trabalho com a Prefeitura de Porto Alegre relacionado à qualidade da merenda nas escolas municipais”. Apesar das dificuldades enfrentadas, relata a professora, este trabalho avançou consideravelmente nos últimos anos.



Sonia Maria Blauth de Slavutzky é professora da Ufrgs

"De vez em quando eu me surpreendo muito agradavelmente vendo ex-alunos meus tendo esses cuidados com os filhos deles. Há uma ex-aluna minha que fez um trabalho muito bonito junto à Estratégia de Saúde na Família. Ela fazia consultas com gestantes junto com médicos obstetras e ensinava a não dar açúcar com a mamadeira ou o bico. Após quatro meses, quando a licença gestante das mães atendidas terminou e as crianças foram para creches, elas recusavam a mamadeira da creche, porque era muito doce." Isso mostra que as crianças podem ter uma alternativa ao 'docinho', enfatiza Sonia. Ela adverte que o uso de mais de 10% de açúcar na merenda faz muito mal. "Nós realizamos, há alguns anos, um trabalho com a prefeitura de Novo Hamburgo, que decidiu cortar pela metade a quantidade de açúcar que comprava para a merenda escolar. Quando as pessoas entendem a natureza do problema, elas começam a buscar soluções e a tomar iniciativas como esta. Na Itália há uma recomendação do governo para não oferecer sal nem açúcar para crianças até um ano de idade. As pessoas podem até burlar esta norma, mas elas fazem isso sabendo que a recomendação não é essa."

Sonia observa que hoje em dia muita gente acredita que se uma criança beber refrigerante na mamadeira três vezes por dia, por exemplo, não haverá nenhum grande problema. Essa percepção, conforme a professora da Ufrgs, tem origem em um estudo realizado na Suécia, em 1954, em um asilo para pessoas com problemas mentais, que receberam doses diárias crescentes de açúcar. Após sete anos, os pesquisadores chegaram à conclusão que três doses diárias da substância junto às refeições causava pouca cárie. No entanto, a pesquisa não considerou outros problemas, como obesidade ou diabetes, que poderiam ser gerados por esta quantidade de ingestão de açúcar. "Eu fui educada dentro desse paradigma e esse estudo ainda é uma das bases da odontologia moderna. Quando fui pesquisar mais sobre o assunto, descobri que o referido estudo foi parcialmente pago pelo governo sueco, mas também patrocinado pela indústria do açúcar e do chocolate daquele país", relata a pesquisadora. Ela destaca também que a formação dos dentistas no Brasil é muito

influenciada pelas odontologias norte-americana e escandinava, que privilegiam o tratamento bucal.

Na década de 1980, a professora da Ufrgs retornou de uma temporada em Londres com uma bagagem diferente, que provocou forte reação dentro da academia. "Não me dei conta que isso representava uma ameaça ao conhecimento vigente e, inocentemente, coloquei todo o material que eu trouxe na biblioteca da Faculdade. Mas os trabalhos que orientei e produzi não foram publicados em revista nenhuma, nem foram aceitos para serem apresentados em congressos", recorda a professora, ponderando que esta resistência até é compreensível pelo tipo de informação que se veiculava naquela época. "A Coca-Cola, por exemplo, pagou US\$ 1,5 milhão para a Associação de Odontopediatria Americana afirmar que refrigerante não faz mal para os dentes. O dentista, em geral, é orientado a ver o que está acontecendo com a boca do paciente. A mudança curricular vigente na Ufrgs tenta desconstruir essa forma de abordagem. No entanto, os desafios para essa reconstrução continuam ativos e necessitariam um envolvimento maior de toda comunidade acadêmica."

Dependência química

Determinada em transmitir as informações sobre o efeito lesivo do açúcar branco para fora dos muros da Universidade, a professora Sonia Blauth criou, em parceria com uma colega, um curso de extensão, implementado em meados do ano 2000, para promover a saúde, desde a gestação. "Há alguns anos, eu participei do Programa Universidade Solidária coordenando a equipe da Ufrgs. Durante este período, uma estudante de enfermagem apresentou uma palestra sobre drogas e dependência química. Enquanto estava ouvindo a apresentação, me dei conta que quase tudo o que ela estava falando em relação à maconha, cocaína e álcool, aplicava-se também ao açúcar. A partir daí, passei a trabalhar na questão da dependência química em relação ao açúcar, o que se revelou mais perigoso ainda", relata Sonia, explicando que mesmo que atualmente o risco do alto consumo de açúcar já seja alertado na mídia, ainda há resistência dentro da faculdade – e a aversão ao tema aumenta quando se compara a substância com tais drogas.

"Sempre que eu descobria algo de novo sobre o tema, pensava que os alunos e meus colegas gostariam de saber, mas, ao contrário, cada vez mais as portas se fechavam. Tive vários pedidos de financiamento de pesquisa negados. Consegui apoio da Capes para pesquisar substitutos saudáveis para o açúcar. Graças a esse financiamento, passei um período na Alemanha pesquisando sobre stevia, que é uma planta brasileira que não dá cárie nem causa obesidade. Agora, apoio para pesquisas específicas sobre os riscos do açúcar, nem pensar", afirma Sonia.

Lei determina alerta para perigo dos excessos

No dia 15 de junho de 2010, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou uma resolução estabelecendo novas regras para as propagandas de bebidas com baixo teor nutricional e de alimentos com elevadas quantidades de açúcar, de gordura saturada (ou trans) e de sódio. A resolução foi adotada para proteger os consumidores de práticas que possam omitir informações ou induzir ao consumo excessivo. A partir dessa norma, ficaram proibidos os símbolos, figuras ou desenhos que possam causar interpretação falsa, erro ou confusão quanto à origem, qualidade e composição dos alimentos. Também ficou expressamente proibido "atribuir características superiores às que o produto possui, bem como sugerir que o alimento é nutricionalmente completo ou que seu consumo é garantia de uma boa saúde", explica a professora Sonia.

Uma das grandes preocupações dessa resolução da Anvisa está focada no público infantil, reconhecidamente mais vulnerável. A agência baseou-se em estudos internacionais que demonstram que a vontade das crianças pesa na escolha de até 80% das compras feitas pela família. Em maio de 2010, a Organização Mundial da Saúde (OMS), recomendou que os países adotassem medidas para reduzir o impacto do marketing desses alimentos sobre as crianças.

No Brasil, portanto, já há legislação que determina que,

ao se divulgar ou promover alguns alimentos será necessário veicular alertas sobre os perigos do consumo excessivo. Para os alimentos com excesso de açúcar, por exemplo, o comercial deve avisar que o produto contém muito deste ingrediente e, se consumido em grande quantidade, aumenta o risco de obesidade e de cárie dentária. No caso dos alimentos sólidos, esta advertência deverá ser veiculada quando houver mais de 15g de açúcar em 100g de produto. Em relação aos refrigerantes, refrescos, concentrados e chás prontos, o alerta será obrigatório sempre que a bebida apresentar mais de 7,5g de açúcar a cada 100ml, determina a Anvisa.

A resolução também diz que, na televisão, a advertência deve ser pronunciada pelo personagem principal. Já no rádio, a função caberá ao locutor. Quando se tratar de material impresso, o alerta deverá causar o mesmo impacto visual que as demais informações. E na internet, deverá ser exibido de forma permanente e visível, junto com a peça publicitária. Os fabricantes de alimentos, anunciantes, agências de publicidade e veículos de comunicação que não cumprirem as exigências estarão sujeitos às penalidades da lei federal 6437/77, cujas sanções vão de notificação a interdição e multas entre R\$ 2 mil e R\$ 1,5 milhão. "Para que tudo isso se cumpra, é preciso difundir esse conhecimento, contribuindo para que cada criança brasileira tenha seu direito à saúde respeitado e cumprido", observa Sonia. 

Merenda escolar

GA questão do açúcar deveria ser levada em conta pelos governos na hora de definir políticas governamentais para a merenda escolar ou a alimentação em berçários, defende a professora Sonia. "O governo é o maior comprador de alimentos. Se tem essa força, poderia ter uma política de estímulo à alimentação saudável. Há leis no Brasil sobre como deve ser a merenda escolar, mas falta fiscalização. Há escolas de classe alta em Porto Alegre, por exemplo, onde o que é considerado o máximo em alimentação está na cantina, no bar da escola e, quando uma merenda saudável é trazida de casa, a criança é ridicularizada", critica. Já as merendas nas escolas públicas, em sua maioria, são elaboradas levando em consideração a facilidade de aceitação, a quantidade de calorias e a praticidade de armazenamento, mas a educação alimentar para a promoção de saúde fica aquém do que seria possível.

E esta educação poderia iniciar desde o nascimento: "Mas o que ocorre é que há uma quantidade considerável de recém-nascidos que choram muito e os pais interpretam esse choro como fome. Para acalmar a criança, dão uma chupeta molhada no açúcar, no mel, ou um chá com açúcar. Outras mães tratam de suprir esse sofrimento por meio do carinho, do contato corporal, do leite. Lá pelos seis meses de idade, as papilas gustativas começam a aprender outros gostos, mas muitas crianças ficam fundamentalmente dependentes desse gosto do açúcar. É assim que funciona o mecanismo da dependência que vai sendo reforçado pelos pais que, por exemplo, quando vão pegar a criança na creche levam um docinho de presente porque estão com culpa. Assim, o doce vai substituindo o amor, o contato. Muitas crianças desenvolvem aí uma relação de dependência em relação ao açúcar que, mais tarde, na adolescência, poderá ser substituída por outra coisa."

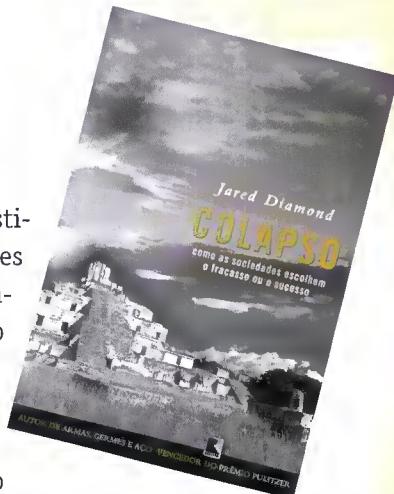
Garimpo ou Gestão
Autor: José Lutzenberger
Editora: Vidicom Edições



A preservação ambiental entrava o progresso econômico? Para o autor, essa indagação é absurda, porque nenhum progresso consistente é possível sem preservação ambiental. Na realidade, ao aceitar modelos de desenvolvimento econômico e tecnológico que excluem a natureza, a espécie humana colocou a si mesma numa rota de exclusão. A saída desta rota depende de uma mudança fundamental de postura, no plano pessoal e coletivo - em vez de agredir e saquear a natureza, deveríamos aliar-nos a ela e, na criação de nossas ferramentas tecnológicas, aprender a imitá-la.

Preço: R\$ 40,00
208 páginas

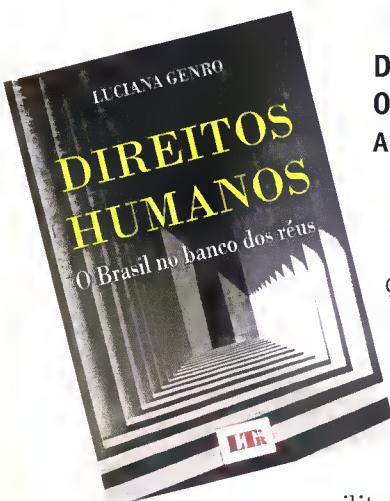
Colapso
Autor: Jared Diamond
Editora: Record



No livro *Armas, Germes e Aço*, ganhador do Prêmio Pulitzer, Jared Diamond investiga como e por que as civilizações ocidentais desenvolveram tecnologias e imunidades que permitiram que dominassem a maior parte do mundo. Em *Colapso*, Diamond analisa a outra face da moeda - o que fez com que algumas das grandes civilizações do passado entrassem em crise e o que podemos extrair disso. Assim, Diamond mostra como o colapso global pode ser evitado, analisando civilizações do último milênio, e investiga por que umas se extinguiram enquanto outras prosperaram. Apresenta as causas ambientais (mudança climática causada pelo homem, acúmulo de lixo químico, falta de energia e superutilização da capacidade de fotossíntese), mas que guerras de povos e culturas. Explica o que seriam as decisões autodestrutivas mais recorrentes na história, com o objetivo de evitar catástrofes coletivas e reverter valores incorporados às sociedades.

Preço: R\$ 69,90
688 páginas

Direitos Humanos -
O Brasil no banco dos réus
Autora: Luciana Genro



A obra apresenta, de forma simples e direta, as características da Justiça de Transição no Brasil, contextualizada no panorama latino-americano como a mais atrasada da região. A explicação para isso é que o Brasil foi o único país no qual a Lei de Anistia, resultante do fim da ditadura militar, conseguiu impedir a persecução penal dos que cometem violações dos direitos humanos na época. O livro também relata o caso "Araguaia" no âmbito da Corte Interamericana de Direitos Humanos, na qual o Brasil foi condenado por conta da impunidade diante dos desaparecimentos de militantes que foram assassinados na região pelas forças repressivas.

Preço: R\$ 35,00
104 páginas

Trabalho de amor aos silvestres

por Ana Esteves



O leão-marinho Gordo é mascote da equipe do Projeto Preservas, coordenado por Marcelo Alievi (dir.)

A porquinha da índia Princesa, o leão-marinho Gordo, a tartaruga que por um infortúnio engoliu um anzol, a pomba que levava celulares para os presos e acabou alvejada pela polícia. Esses são alguns dos personagens da vida real que já passaram pelos cuidados dos médicos veterinários do Preservas - Núcleo de Conservação e Reabilitação de Animais Silvestres - um projeto de extensão, cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) e vinculado à Faculdade de Veterinária da Universidade, que se dedica ao atendimento de animais silvestres e exóticos. Com espírito aventureiro aguçado e amor incondicional pelos animais, a equipe do Preservas segue suas andanças, por terra ou pelo mar, para salvar e depois devolver os bichos ao seu habitat natural ou encaminhá-los a um novo lar. "Nosso trabalho começou em 2004, quando iniciamos a parceria com o Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos (Ceclimar) da Ufrgs. Eles estavam precisando de veterinários e responsáveis técnicos para atender os animais que chegavam lá em situação de emergência e até hoje trabalhamos em conjunto", lembra o coordenador do Preservas, o médico veterinário Marcelo Alievi.

De lá pra cá, muitas coisas mudaram, desde o nome do projeto, que de Ceclivet passou a se chamar Preservas – pois a ideia era ampliar o leque de ação atendendo não apenas o Ceclimar, mas também zoológicos, como o de Sapucaia, o Pampa Safári, criatórios, ONG's e áreas de resgate de fauna e também prestar atendimento no Hospital de Clínicas Veterinárias (HCV) da Ufrgs. "A demanda por atendimento a silvestres vem aumentando tanto em zoológicos, quanto pelo fato de muitas pessoas estarem elegendo esses animais como pets. O grupo cresceu também pelo desenvolvimento do mercado de silvestres", diz Alievi.

A rotina dos veterinários do Preservas é frenética, com viagens frequentes ao Ceclimar para fazer atendimentos clínicos e cirúrgicos aos animais recebidos pelo Centro de Reabilitação de Animais Marinhos (Ceram), para diagnóstico e tratamento dos mesmos. Muitas vezes é preciso deslocar aparelhagem completa para realização de cirurgias ou sedação para procedimentos nos bichos. "Para fazer exames de rotina no Gordo, o lobo marinho que mora no Ceclimar, precisamos sedá-lo e isso implica em uma grande movimentação por parte da equipe, e sempre nos dá muita satisfação", declara o

médico veterinário. Alievi destaca que, apesar de o projeto atender outras instituições, o principal parceiro segue sendo o Ceclimar, pelo grande número de animais que o local recebe. "Eles precisam da gente e nós deles, pois esse trabalho nos proporciona grandes desafios, pela variedade de casos clínicos e de espécies que passam por lá. É uma grande escola, que permite que os alunos tenham a oportunidade de conhecer a área", observa.

Entre as novidades do projeto está a criação do Programa de Residência, que possibilita aos profissionais passarem um ano inteiro se aprimorando na área. A médica veterinária, atual residente do Preservas, Miúriel de Aquino Goulart, é uma das responsáveis pelo ambulatório especializado no atendimento e internação de silvestres e exóticos, que funciona no HCV. "Tem crescido muito a procura de atendimento por parte da comunidade para animais considerados exóticos, como coelhos, porquinhos da índia, araras e iguanas", diz.

Outros diversos setores da Faculdade de Veterinária colaboram com o projeto, realizando exames complementares e integrando os conhecimentos técnicos de diferentes áreas. Na época em que a reportagem da Adverso realizou esta matéria, Miúriel estava com dois pacientes internados: a porquinha da índia Princesa e uma coruja da espécie Jucurutu. "Precisamos amputar a asa da coruja, que nos foi encaminhada pelo Ibama. Agora ela se recupera para então ser encaminhada para algum local especial, pois não poderá retornar ao meio ambiente, em função da falta da asa", explica a veterinária. Já a pequena Princesa perdeu o movimento dos membros traseiros e agora recebe todo carinho da equipe do Preservas. "Desconfiamos que foi intoxicação por chumbo, por isso ela está internada e em observação", destaca Miúriel.

Alievi pontua que o projeto ainda recebe muitos animais trazidos pelo Ibama e que necessitam de cirurgia ortopédica, endoscopia ou videocirurgia. Além disso, também são recebidos bichos de apreensões e debilitados, encaminhados pelo Batalhão da Brigada Ambiental, pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, ou empresas de consultoria ambiental e projetos de recuperação de áreas de alagamentos.

O veterinário lembra o caso da chamada "pomba do crime" que levava celulares para dentro do Presídio Central e acabou alvejada por dois tiros em cada asa. "Ela fraturou o rádio e ulna, fiz a cirurgia, e depois ela foi para adoção. Na época foi uma grande comoção por causa do animal. Também recebemos uma tartaruga que engoliu um corpo estranho." Alievi comenta que o trabalho com silvestres é sempre um grande desafio, pelo fato de os pacientes pertencerem a diversas espécies, com as quais, às vezes, a equipe raramente mantém contato. "Uma vez precisei fazer uma cirurgia para retirar a unha do um leão do Zoológico. Ele havia vindo do circo e lá eles arrancam as unhas dos animais para que eles não machuquem os tratadores. A unha fistulou, pois não re-

tiraram direito. O animal tinha 300 quilos e para atendê-lo consultei vários colegas especializados em felinos selvagens e até domésticos, pois trabalhamos muito por comparação", explica o veterinário.

Segundo ele, o Preservas tem uma rede de parceiros, como Zoológico e Pampa Safári, que ajudam quando aparece algum animal com o qual a equipe está pouco acostumada. "É uma constante descoberta, que exige grande mobilização e acima de tudo amor pelos bichos", declara o veterinário. Entre os pacientes que mais aparecem para tratamento estão as focas – recentemente uma teve que amputar a nadadeira – tartarugas, leões-marinhos, pinguins e aves com fraturas. "Sem esquecer do nosso grande mascote, o Gordo, que volta e meia precisa fazer exames clínicos", diz Alievi.

Projeto promove educação ambiental nas escolas

Além de todo o trabalho de diagnóstico e tratamento dos animais, inerente ao ofício de médico veterinário, o Preservas também atua junto à comunidade com o intuito de despertar nas crianças a consciência conservacionista do meio ambiente e da vida animal. "O trabalho com silvestres deve ter um caráter mais global, que vai além do tratamento veterinário em si. É preciso todo um processo de conscientização para evitar que os bichos engulam corpos estranhos ou sejam feridos por anzóis que chegaram à natureza pela ação do homem. E as crianças são grandes formadoras de opinião e disseminadoras de ideias ecologicamente corretas", observa o coordenador do Preservas, Marcelo Alievi. Os veterinários atuam em escolas públicas de Porto Alegre, através da realização de sessões de Educação Ambiental com crianças do Ensino Fundamental. Elas recebem noções de preservação ambiental, saúde pública e zoonoses. O objetivo é massificar a informação, explicar o que são animais silvestres, o que fazer quando encontrar um bicho machucado, o que não fazer, cuidados com a água, entre outros. "Também ressaltamos a importância da reciclagem para minimizar a quantidade de lixo jogada no mar e a ingestão de dejetos por animais marinhos", enumera Alievi.

Para o público adulto, especialmente estudantes de veterinária, o Preservas também destina uma programação específica, com o objetivo de oferecer ferramentas de aperfeiçoamento e formação de acadêmicos e profissionais da área. São desenvolvidas palestras e cursos voltados para Ciências Biológicas e Medicina da Fauna Silvestre, servindo como um projeto de educação continuada. O grupo já realizou seis ciclos de palestras chamadas Noites de Estudo da Conservação e Reabilitação da Fauna, onde são abordados, por profissionais da Biologia e Veterinária, temas relacionados a famílias específicas de animais. "Sempre trazemos um biólogo e um veterinário para dar as palestras, pois esse trabalho deve ser feito em conjunto para ter um caráter mais global", diz Alievi. 

Abono de permanência: possibilidades de concessão e revisão

Por **Grace Esteves Bortoluzzi**, assessora jurídica da Adufrgs-Sindical

A fim de estimular os servidores públicos a permanecerem em atividade, foi instituído em 19 de dezembro de 2003, através da Emenda Constitucional nº 41, o benefício denominado abono de permanência em favor dos servidores que, podendo se aposentar voluntariamente, optem por permanecer em atividade, a exemplo do benefício anteriormente existente, conhecido por isenção previdenciária. Assim, aqueles que já podem se aposentar voluntariamente, mas decidem permanecer trabalhando, passam a receber de volta o valor descontado de Previdência, atualmente de 11% sobre a remuneração, até o momento de sua aposentadoria.

Com a obtenção pela Adufrgs-Sindical de decisão judicial reconhecendo aos seus sócios que trabalharam em condições insalubres ou perigosas a partir de 1990 o direito à contagem de tempo de serviço para aposentadoria de forma especial, muitos professores que ainda não percebem o benefício do abono de permanência podem já fazer jus, e aqueles que já percebem podem fazer jus à retroação em período maior que o concedido. A fim de auxiliar o entendimento das possibilidades de concessão e revisão do abono de permanência, bem como de suas consequências, passamos a responder os questionamentos mais frequentes sobre a matéria:

Quem faz jus ao recebimento do abono de permanência?

Todo o servidor público que já tiver preenchido qualquer modalidade de aposentadoria voluntária, mas permanecer em atividade, faz jus ao abono de permanência. Assim que o servidor se aposentar, voluntariamente, compulsoriamente ou por invalidez, deixa de perceber tal benefício.

Para percepção do abono de permanência, o que o servidor público deve fazer?

O servidor precisa, inicialmente, saber se já preenche os requisitos para alguma das modalidades de aposentadoria voluntária. Para a concessão do abono de permanência, o servidor precisa protocolizar um pedido administrativo através de sua chefia imediata. Tal requerimento está disponível no site da Ufrgs, no manual do servidor (<http://www.ufrgs.br/progesp/progesp-1/manual-do-servidor>).

A modalidade de aposentadoria considerada para a concessão do abono de permanência vincula a futura aposentadoria?

Não. A aplicação de determinada regra de aposentadoria para fins de concessão do abono de permanência não vincula o servidor a se aposentar por esta mesma regra, podendo se aposentar por qualquer outra, desde que cumpridos todos os seus requisitos legais.

O abono de permanência é devido ao docente que preenche os requisitos para aposentadoria especial de professor?

Até pouco tempo, a Administração vinha reconhecendo ser devido o benefício do abono de permanência quando preenchidos os requisitos para a aposentadoria especial de professor. Muitos docentes tiveram implementado tal benefício, inclusive com pagamento de atrasados de parcelas anteriores ao pedido. No entanto, mais recentemente, a Administração revisou seu entendimento, passando a considerar ilegais tais concessões, sob a alegação de não haver previsão constitucional expressa de concessão do abono de permanência para esta modalidade de aposentadoria. Em razão desta nova interpretação, a assessoria jurídica da Adufrgs tem ajuizado ações individuais para ver reconhecido tal direito, já tendo obtido algumas decisões favoráveis. Assim, professores do Ensino Básico e Fundamental, que fazem jus à aposentadoria especial (com redução de cinco anos de tempo de serviço e de idade), possuem direito à percepção do abono de permanência a partir da data em que completam os requisitos para a aposentadoria como docente, e permanecem em atividade na universidade. Desta forma, uma professora que completar 50 anos de idade e 25 anos de docência (apenas de ensino básico e fundamental) faz jus ao abono (que corresponde ao estorno do que é descontado para a seguridade social).

É possível utilizar os períodos de licença-prêmio para a concessão do abono de permanência? Qual o benefício desta utilização?

Sim, é possível, mas não recomendado. Os períodos de licença-prêmio podem ser usufruídos ou utilizados para a aposentadoria. Caso contrário, podem ser cobrados em dinheiro, equivalente ao valor da remuneração quando da aposentadoria do servidor. Utilizando as licenças para a concessão do abono, o benefício será de 11% sobre a remuneração, e provavelmente não será necessário para a aposentadoria, não podendo mais ser cobrado em dinheiro após a mesma.

Caso não utilizadas as licenças-prêmio para a concessão do abono de permanência, é possível a cobrança de tais licenças em dinheiro após a aposentadoria?

Embora a Administração não reconheça tal direito, é possível sua cobrança judicialmente. A Adufrgs-Sindical obteve recentemente vitória em ação coletiva reconhecendo tal direito aos professores, sócios da Adufrgs, aposentados a partir de 30 de agosto de 2001. Aqueles docentes já aposentados ou que vierem a se aposentar, podem cobrar em dinheiro suas licenças-prêmio, devendo entrar em contato com a assessoria jurídica do Sindicato para o encaminhamento dos documentos necessários para esta cobrança.

Tendo o professor trabalhado em condições especiais (insalubres ou perigosas), pode requerer a contagem de seu tempo de serviço de forma especial para ter reconhecido o pagamento do abono de permanência? Caso já faça jus ao abono, poderá pedir sua revisão?

Os professores que trabalharam em condições insalubres ou perigosas, e que não tenham requerido a contagem de forma

especial de seu tempo de serviço, podem requerer a revisão da contagem de seu tempo de serviço com a concessão ou revisão do abono de permanência, conforme o caso. Tal pedido deve ser feito à Progesp com a juntada da cópia da decisão do Mandado de Injunção ajuizado pela Adufrgs, em que é reconhecida esta contagem de tempo especial.

Reconhecido o direito ao pagamento do abono de permanência pela Administração com efeito retroativo, é possível a cobrança judicial destes valores? Os mesmos são corrigidos?

No caso de reconhecimento do pagamento do abono de permanência, ou mesmo de revisão do abono, considerando o direito a parcelas retroativas, ou seja, anteriores à data em que concedido tal benefício, é possível o ajuizamento de ação para obrigar a Administração a efetuar o pagamento dos valores reconhecidos como devidos, mas ainda não pagos, bem como a correção monetária destes valores. Isto porque, os valores apurados pela Administração não são corrigidos monetariamente.

Alerta sobre ofertas de ações em favor de aposentados

Diane de recentes relatos de professores sobre o oferecimento de ações por parte de escritórios de advocacia particulares ou algumas associações, a Adufrgs reforça os alertas anteriormente feitos sobre os riscos de ingresso de ações individuais quando já existe uma demanda coletiva do sindicato. É caso específico da GED antigaamente paga aos aposentados em valores inferiores aos ativos.

Aos professores que recebem estas ofertas de ajuizamento de ação nova, cumpre alertar:

- Apenas os professores aposentados antes de 2003 sofreram prejuízo no valor da GED paga em seus proventos;
- Não há qualquer necessidade do professor ingressar com nova ação de cobrança, pois a Adufrgs já ajuizou ação em favor de todos os sócios aposentados;
- Uma eventual ação ajuizada em 2012 retroagirá apenas cinco anos, ou seja, 2007. Considerando que a GED foi extinta em 2008, restará diferença de apenas um ano a ser cobrada. Na ação do sindicato será calculado o período de 2004 a 2008, ou seja, quatro vezes mais.
 - A pessoa não poderá se beneficiar de duas ações com o mesmo objeto, prevalecendo a ação individual. Ou seja, não será beneficiado da ação coletiva.
 - A ação coletiva movida pela Adufrgs aguarda julgado de um último recurso junto ao Supremo Tribunal Federal e as decisões até então são favoráveis.
 - Como se vê, não há vantagem alguma em cobrar a GED através de processos novos. Ao contrário: é prejudicial.

Assessoria Jurídica da ADUFRGS-Sindical

Bordas Advogados Associados
Praça da Alfândega, 12, 10º andar
Edifício London Bank
CEP: 90010-150 Porto Alegre/RS
(51) 3228.9997
www.bordas.adv.br
bordas@bordas.adv.br

Dedicação à espera do reconhecimento

Por Patricia Comunello

Divulgação / IFRS-Sul



Os professores do IFSUL Pelotas, Igor Barros (em pé à esq.) e Rafael Galli (à dir.) são exemplo de dedicação aos alunos

Rafael Galli já teve oferta de ordenado de R\$ 20 mil e recusou. "É o salário inicial de um engenheiro no polo naval de Rio Grande." Professor do Instituto Federal Sul (IFRS-Sul), com sede em Pelotas e o mais antigo do Estado, Galli preferiu permanecer com o vencimento bruto de R\$ 5 mil mensais e o prazer de formar seus alunos. "Fiz concurso há nove anos, apaixonei-me pela carreira e não saí mais. Nada compensa mais do que ver o brilho nos olhos desses jovens", diz o docente, que é conhecido dentro e fora do IFRS-Sul como o "professor Pardal". Personagem da vida real, Galli já tem fama internacional. Só falta a dedicação se traduzir em melhor remuneração.

Absorvido com as invenções e testes de tecnologias formatadas no popular Laboratório 14 (de desenvolvimento do curso de Eletrônica), o engenheiro nem tinha se dado conta de que no recente acordo com o governo federal foi aprovado o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), que depende ainda de regulamentação. A novidade deve entrar em vigor em 2013. A perspectiva já motiva cálculos sobre o impacto para quem se divide entre tarefas de gestão de laboratórios e supervisão da atualização de equipamentos e a formação. "Poderei receber entre R\$ 2 mil a R\$ 4 mil a mais, equivalente a ter doutorado", projeta Galli, que considera o indicador decisivo para motivar não só ele, mas também colegas como Igor da Costa Barros, que foi seu aluno na formação técnica no IFRS-

-Sul e hoje divide as jornadas no Laboratório 14.

Galli conseguiu até agora apenas um título de especialização. Este ano começou um mestrado na Federal de Pelotas, mas sem deixar de lado a jornada de aulas e extensão no Instituto. "Se me afastar, perderei o adicional de periculosidade, o que representa R\$ 1 mil por mês", contabiliza o professor Pardal da Metade Sul gaúcha, lembrando que tem dois filhos. "Não posso abrir mão." Já o ex-aluno e agora colega Barros ainda não possui nenhuma titulação. O veterano cita que não ter mestrado prejudica também a condição de atração de verbas para o Laboratório. Isso sim é gênero de primeira necessidade, já que a produção do grupo tem no currículo protótipos premiados no exterior.

A dupla e seus seguidores já foram longe. Graças à qualidade dos projetos em eletrônica, conseguiram atrair o interesse e fazer a Instituição firmar um convênio com a escola francesa Lyceé Touchard Washington. Foi o sinal verde para figurar em competições de soluções automotivas e de robótica onde nunca antes brasileiros haviam pisado. "Levamos 12 alunos em dezembro de 2011 para Le Mans (onde tem corrida de Fórmula-1, sede do Lyceé), e em março vencemos o campeonato nas categorias de carro eletrônico e robôs industriais", orgulha-se Galli. "Fomos reconhecidos pelos franceses, só falta sermos aqui", referindo-se ao novo indicador de medidas de saberes.



Barreto é professor do Colégio de Aplicação

Para o ex-diretor do Colégio de Aplicação, ligado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Jorge Barreto, o RSC poderá dar um último impulso à mudança de nível na carreira. Com quase 40 anos de atividade, o professor de Educação Física só não se aposenta porque ainda vale a pena se manter na ativa, devido a gratificações por atuar em áreas da Universidade. Barreto coordena o esporte na Ufrgs, que reúne alunos e que recentemente assegurou vagas para disputar os Jogos Universitários. São pelo menos 300 estudantes envolvidos, e o professor dos tempos do Aplicação continua com o mesmo entusiasmo. "Parei na posição D4 da carreira. Se quiser evoluir para a D5, tenho de ter mestrado ou abrir mão de cerca de R\$ 1 mil que recebo pela minha especialização. Ou seja, fico parado", conclui inconformado o ex-diretor do Colégio, cargo que exerceu entre 1988 e 1992 e entre 1997 e 2000.

Ex-jogador de vôlei e modelo fotográfico, Barreto lembra que ao longo de sua trajetória exerceu funções administrativas e se dedicou a ações de envolvimento dos estudantes com atividades esportivas. "A gente levava os times do colégio a competições em fins de semana e treinava além do horário. Mas nunca recebemos hora extra ou outra compensação. Sempre teve, claro, a valorização da comunidade e a compreensão da escola para liberar quando tinha médico ou outra necessidade pessoal", comenta. Dedicar-se a esta rotina acabou reduzindo o espaço e até a motivação para realizar novos cursos e obter outras titulações. Na sua época e mesmo hoje, Barreto acha que fazia e faz pouca diferença ter as formações, mas reconhece que a exigência dos títulos nos concursos para vagas do Aplicação tornou o seu exemplo cada vez mais escasso.

Antes de entrar nos quadros do IFRS-Sul, em Porto Alegre, a química industrial Regina Felisberto cumpriu uma longa trajetória no mercado: foram 20 anos considerando o começo na iniciativa privada e maior tempo atuando em centros

de pesquisa. Quando fez concurso e ingressou no Instituto em 1998, Regina encarou outro desafio: formatar o curso de Técnico em Análises Químicas, que recém estreava na grade de opções da Instituição e que priorizou um acompanhamento intenso dos alunos. "Trouxe a experiência 'profissional'", grifa a própria docente, que na época encarou com obstinação a meta com os colegas de perfil mais acadêmico um curso que entregasse ao mercado um técnico de qualidade.

Com isso, a professora, que tinha especialização (o que garantiu alguns pontos na carreira), adiou por quase dez anos o curso de mestrado. "Fiquei trabalhando aqui como uma louca, não conseguia me desvincular para estudar", justifica.

A titulação veio em 2009, sendo que o último ano foi cumprido já de volta à atividade docente. Só então ela pôde subir um nível na carreira. Agora Regina depende de um doutorado para galgar outro patamar, ou poderá ser beneficiada pelo novo instrumento de reconhecimento acordado entre o governo federal e os professores. Ela espera que o vencimento atual bruto de cerca de R\$ 5,6 mil possa se elevar em mais R\$ 2,5 mil. "Mais uma vez enfrento dificuldade para me afastar. A formação do



Regina Felisberto (ao centro) é professora do IFRS-POA

Errata: Ao contrário do que foi publicado na matéria Produção de Professor deve Alavancar Salário, da edição 196 da revista Adverso, a aposentadoria dos atuais novos professores será calculada pela média das 80% maiores contribuições do docente ao INSS.

PROGRESSÃO

curso aposta muito em projetos e temos de estar aqui com os alunos, o que implica até fins de semana. Não é o doutorado que fará diferença e sim minha experiência", resume a professora.

As alunas Karina Zenki e Tassiana Fonseca apontam a supervisão dada pelos professores como essencial na formação e um diferencial comparado a quem faz Ensino Superior. "Às vezes, eles parecem como uma mãe, mas também nos dão muita autonomia", descreve Tassiana. Karina conta que largou a faculdade de Engenharia Bioquímica pela modalidade técnica e não se arrepende. "Um semestre no Instituto equivale a três da faculdade. A gente desenvolve aqui capacidade para atuar profissionalmente", valoriza a jovem.

Medida vai corrigir injustiça, aponta reitor do IFRS-Sul

O indicador que será adotado como alternativa ao avanço na carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) corrigirá injustiças e saldará uma dívida histórica com professores que se dedicam a formar jovens para o mercado de trabalho. A opinião é do reitor do Instituto Técnico Federal Sul de Pelotas (IFRS-Sul), Antônio Carlos Barum Brod, que compõe o grupo criado pelo governo federal para definir critérios e parâmetros para calcular o peso de cada atividade na hora de compor o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC). "Há uma necessidade urgente de resolver este passivo. Não podemos prejudicar o docente com enorme experiência acumulada em detrimento de quem tem titulação", repõe Brod, que é vice-presidente do Conselho dos Reitores do EBTT (Conif).

O tempo para estipular as regras está correndo e gera ansiedade em quem é gestor, como Brod, e em quem será diretamente beneficiado, como Regina, Galli, Barros e Barreto, cujas trajetórias são retratadas nesta reportagem. O prazo é dezembro deste ano. "A implementação será em 2013. A expectativa é de que sejam definidas diretrizes gerais e que cada instituto possa fazer a avaliação e classificar os saberes. O instrumento não servirá para acomodar a vida de ninguém", adianta o reitor, deixando claro que professores com décadas de atuação, que nunca tiveram exigência de titulação para avançar na carreira (critério que passou a valer com a equiparação ao Magistério Superior) terão pela primeira vez a chance de seu reconhecimento.

No IFRS-Sul, o mais antigo em funcionamento, com 80 anos, estima-se que cerca de 50% do quadro atual não tenha mestrado. Com novas unidades para abrir no Estado, a reitoria do Instituto aposta que a mudança reverterá a pouca atratividade para candidatos às vagas de professor, principalmente para cursos em que a atuação no mercado aporta um conhecimento prático que um título está longe de garantir. "Se não conseguimos atrair alguém com vasta experiência, formamos jovens profissionais limitados."

O diretor de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação do IFRS, Getúlio Stefanello, acredita que a ausência de um indicador que impacte a remuneração afeta unidades mais antigas. Dos quase 600 docentes da Instituição, cerca de 20% têm até



Antônio Barum Brod é reitor do IFRS-Sul

especialização - 7,4% deles só possui graduação. O maior contingente de docentes com mestrado (53,4%) e doutorado (25,9%) foi gerado pela expansão recente de cursos e unidades, e pela proximidade com centros de formação acadêmica. "Onde tem mais cursos técnicos não se impõe a exigência da titulação, mas há restrição para acessar bolsas de pesquisa do CNPq, que só repassa verbas a quem tem a formação de mestre ou doutor", diferencia Stefanello.

Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC)

O que é: espécie de certificação de atividades desenvolvidas pelos docentes das carreiras de EBTT que foi criada a partir do acordo de 2012 com o governo federal para garantir melhor remuneração a professores que não têm titulação de especialização, mestrado ou doutorado.

O que entra no cálculo: desde atuação em pesquisa e extensão orientando alunos, em coordenações e comissões de departamento, bancas de concurso e preparação de provas.

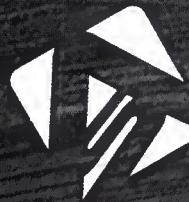
Quando entra em vigor: a previsão é para 2013. Comissão formada pelo MEC, Ministério do Planejamento, Conselho dos Reitores do EBTT e representantes de entidades dos docentes estipulará o conjunto de critérios/indicadores, que poderá ter componentes a ser definidos em cada instituição.

A Adufrgs-Sindical homenageia
seus associados e convida todos
a participarem do

JANTAR DO DIA DO PROFESSOR

24 de outubro, às 20h30min, no Clube Farrapos (POA)
Mais informações pelo telefone: 51-3228.1188

Desejamos que a alegria e o prazer da
profissão sejam verdades festejadas não
somente na data de 15 de outubro, mas
sim a cada dia desta caminhada. Parabéns,
docente, pela nobreza de multiplicar
conhecimento, semeando um futuro
melhor para nosso país!



ADUFrgs
Sindical

